



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

FÁBIO SCHITZ

TRABALHO, SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA E MIGRANTES: UMA ANÁLISE
ATRAVÉS DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

FLORIANÓPOLIS

2021

TRABALHO, SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA E MIGRANTES: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Educação do Campo para a obtenção do Título de Licenciado em Educação do Campo, orientado pela Professora Dra. Carolina Orquiza Cherfem e co-orientado pela Professora Dra. Beatriz Bittencourt Collere Hanff

FLORIANÓPOLIS

2021

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de licenciado em educação do campo, e aprovado em sua forma final pelo curso de educação do campo

Florianópolis, 22 de dezembro de 2021.

Professora Dra. Carolina Orquiza Cherfem (Coordenadora)

Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Dra. Beatriz Bittencourt Collere Hanff (Co-orientadora)

Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Dra Graziela Del Mônico (Banca Examinadora)

Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Dra. Natacha Eugênia Janata (Banca Examinadora)

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à minha linda e amada esposa Regiane Gurzinski, pela sua paciência e perseverança. A meus pais Davi Schitz e Maria Madalena Korenivski Schitz, pelo incentivo e sacrifícios em nome da educação. Aos colegas e professores que me auxiliaram neste processo, a Professora Dra. Beatriz Bittencourt Collere Hanff e a Professora Dra. Carolina Orquiza Cherfem, Professora Simone Aparecida Carlos Kondras e em memória de Metódio Schitz e do Professor Professor Dr. Marcos Antônio de Oliveira.

*(DE MIM, TUDO PODE SER TIRADO,
POSSO FICAR NU, VER CORTADO MEUS MEMBROS
E AOS CORVOS SER JOGADO, MAS O
CONHECIMENTO - SE NÃO FOR DA MINHA
VONTADE - NINGUÉM JAMAIS PODERÁ USURPAR)*

SCHITZ, FÁBIO. 2021

RESUMO

Esta pesquisa de conclusão de curso tem por objetivo compreender as relações de trabalho e os processos de migração de pessoas em situação de rua que passam pela cidade de Canoinhas-SC. A metodologia utilizada contou com a análise de dados dos documentos colhidos junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) que atende à grande maioria de pessoas em situação de rua no município. Os documentos registram o perfil dos usuários, suas origens e destinos. Os resultados principais da pesquisa revelaram que a maioria dos sujeitos em situação de rua em trânsito por Canoinhas estão em busca de trabalho, possuem baixa escolaridade e ainda são, em parte relevante, trabalhadores do campo dirigindo-se para colheitas sazonais; ou ainda de famílias indígenas. Verificou-se que, apesar de sanar as necessidades imediatas, as políticas de assistência social têm muitos desafios para contribuir para a conquista de direitos à essas populações.

Palavras-chave: Trabalho; Migração, Educação do campo; Assistência Social.

ABSTRACT

This course completion research aims to understand the work relationships and migration processes of homeless people who pass through the city of Canoinhas-SC. The methodology used included data analysis of documents collected from the Reference Center for Social Assistance (CREAS) which serves the vast majority of homeless people in the city. Documents record the profile of users, their origins and destinations. The main results of the research revealed that most of the subjects living on the streets in transit through Canoinhas are looking for work, have a low level of education and are still, in a relevant part, field workers heading for seasonal crops; or even from indigenous families. It was found that, despite addressing immediate needs, social assistance policies have many challenges to contribute to the achievement of rights for these populations.

Keywords: Work; Migration, Rural Education; Social assistance.

LISTA DE SIGLAS

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMÁTICA	13
2. DOS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO À RUALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA INTRODUÇÃO DA PESQUISA	16
2.1. O CAMPO, SEUS SUJEITOS E A ESCOLA DO CAMPO	17
2.2 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	23
MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE RUA E RUALIZAÇÃO - UMA LINHA TÊNUE	29
3.1. QUESTÕES DE ESCOLHA METODOLÓGICA EM UM TEMA DE FRAGILIDADE DE INFORMAÇÕES	37
3.2. PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA TRANSEUNTES POR CANOINHAS	39
3.3. O ATENDIMENTO EM CANOINHAS - INSTITUIÇÕES -	46
3.4. O TRABALHO DE QUEM ATUA NA CASA DE PASSAGEM	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	64
ANEXOS	69

1. INTRODUÇÃO

Quando iniciei o curso em educação do campo, mal sabia eu (escusas, pelo clichê, mas é necessário), do que o futuro me reservava. O ensino médio foi feito a duras penas, onde estudar exigia ir 30 quilômetros em ônibus durante a noite, saindo às 17:30h e retornando às 23:15h, depois de 3 quilômetros de caminhada dentro da escuridão da noite. Ainda jantaria e dormiria geralmente próximo à meia noite para findar o dia de trabalho na fumicultura que havia se iniciado às 6:30h da manhã. Minha mãe sempre me acordava dizendo que era mais de 7 horas (sim, isso funcionava, eu odiava e ainda odeio estar atrasado, para qualquer coisa, sempre admirei a pontualidade).

Desde cedo, aprendi familiarmente o valor e a dureza do trabalho na lavoura. Desde jovem, fazia os “trabalhos mais simples”, embora muito desgastantes. A rotina iniciava-se ao nascer do dia e não tinha horário para findar, sendo encerrados apenas quando um contingente de trabalho fosse terminado, o que em tempos mais antigos de colheita significava ir até meia noite na costura de tabaco em tacos (pequenas varas com cerca de 1,2 metros de comprimento e 5 cm de espessura). A amarração era obrigatoriamente realizada no mesmo dia da colheita, já que o tabaco verde empilhado geralmente ‘cozinhava’, pela falta de ventilação. Então, se a tecedeira falhasse no processo, teríamos que consertá-la, a tempo de costurar todo o tabaco do dia, para no dia seguinte não ter atraso, já que a colheita precisava iniciar cedo, nas horas mais frescas do dia, pois em no máximo três dias, de chuva ou sol, cerca de 750 tacos de fumo precisavam estar prontos para que a estufada fosse completa. Todo o tabaco maduro fosse colhido e não passasse do processo de murcha em estaleiro ou mesmo terminasse em um cozimento ali mesmo no estaleiro, bem como para que pudesse iniciar a secagem de forma a ser ágil o suficiente para garantir a qualidade de classe no fumo.

Nascer e crescer numa comunidade tradicional ucraniana e cristã, oriunda do leste europeu, educou-me para que sempre através do trabalho duro fosse capaz de manter meu sustento e produzir os alimentos. Com o passar dos anos fui me

adaptando aos preceitos da sociedade capitalista que explora a mão de obra do trabalhador e nos levava como agricultores a sempre plantar mais e mais, a custas de baixos salários. Conforme meus irmãos mais novos cresciam, passavam a ajudar na lavoura também. Porém, nem sempre a lavoura rendia bem, ou a venda do nosso trabalho que passava por critérios muito subjetivos, em que nada favorecem o pequeno agricultor, mas sim as grandes empresas de compra. O rendimento não era suficiente para pagar os investimentos na lavoura ou mesmo os maquinários e trator necessários para poder produzir e pagar as contas que, ano após ano aumentavam.

Apesar da pobreza, que ficou ainda mais evidente quando meus pais decidiram tentar a vida por dois anos em Blumenau, comecei, mesmo sendo criança, a me questionar os motivos do por que alguns tinham muitos, e outros tinham tão pouco. O trabalho era árduo, mas o salário mal dava para cobrir algumas despesas básicas e alguns ainda tinham muito menos que nós, mesmo que todos trabalhassem duramente. Jamais faltou comida, ou roupas ou o básico para viver, mas não havia nenhum excedente. Na cidade, havia vantagens. Os prazeres do capitalismo estavam perto, podia-se quase tocar e sentir, mas apenas isso. Tudo dependia de dinheiro. Dinheiro que nem mesmo meu pai trabalhando muito, não seria capaz de proporcionar, para além do aluguel a pagar, e alimentos, livros necessários, para uma família que crescia ainda mais.

Depois de um ano, todas as reservas de carne e feijão que na mudança foram levadas se acabaram, e tudo dependia de mercado. Logo mais, meu falecido padrinho, que era um homem sério e generoso, apresentou um câncer, e por ser solteiro, mudou-se para viver conosco, para poder se tratar na cidade, onde havia mais recursos. Assim, o peso se tornou maior ainda. Não houve modo, acabamos por voltar para o campo.

O trabalho ainda mais duro voltou, porém todo o alimento podíamos tirar da terra, e isso, por mais simples que fosse, jamais faltava. Muito menos faltou incentivo de meus pais para estudar e poder ter um leque de oportunidades, para além de apenas ser agricultor.

Deste modo, a partir do valor do trabalho e estudo, com origem humilde e empenho para correr atrás de sonhos, acabei ingressando no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que além de poder auxiliar me tornar capaz de entender a questão do penhasco social existente, também me fez refletir duramente sobre todo o processo por mim vivido e desconstruir a moralidade cristã e capitalista, em que fui forjado, para além de entender, poder superar a própria realidade. Assim, em meio ao Curso, prestei concurso público, sem mesmo saber do que se tratava a profissão de educador social. Imaginava que seria algo relacionado à educação e mesmo nem sabia se poderia manter o emprego e curso, já que os horários seriam conflitantes. Logo ao ser aprovado, no ano de 2013, fui convocado, e ao saber que seria por escala de turnos de 24/72 horas, pude verificar que poderia tentar manter ambos.

Ao iniciar o trabalho, passei a exercer a função de educador social, em período de plantão, onde era responsável por auxiliar nas necessidades até o limite de recursos ou possibilidades, assim como aprendi desde criança, realizando tanto as minhas funções, quanto as de servente nos plantões de final de semana. Isso logo começou a mudar.

Cabe destacar que este relato não se trata apenas de algo pessoal, mas de um relato de experiência pautado na realidade e construção de um sujeito trabalhador da Assistência Social de Canoinhas - SC, que ao longo de 8 anos acumulou experiências pessoais e profissionais.

A casa de passagem em que fui trabalhar tinha cerca de 10 a 12 pessoas, mas tinha capacidade para 16. A maioria dos moradores era também paciente do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Havia pelo menos dois moradores com transtornos mentais (diagnosticados com esquizofrenia e outros transtornos mentais), além de diversos alcoólatras, idosos, paraplégicos, tetraplégicos que necessitavam de um cuidado especial, banhos e trocas de fralda. Eu administrava a medicação de quase todos. Ainda recebíamos pessoas em situação de rua em passagem pelo município, munícipes que passavam por motivos de vício ou perda de suas propriedades, estavam em situação de rua e precisavam de acolhimento, em diversas vezes por tempo indeterminado. A Casa tinha uma estrutura precária, já

que nem mesmo a porta de entrada possuía fechadura, era muito velha, enferrujada e estava torta, dificultava muito o fechamento, e por muitas noites ficava aberta. As janelas tinham os vidros quebrados, piso de taquinhos de madeira, que perdeu seu revestimento com o decorrer dos anos. Além de ser localizada ao lado de um presídio, não possuir qualquer muro que efetivamente impedisse a entrada não autorizada, já que pela existência de diversos moradores com problemas mentais, que utilizavam medicação, o aceite de entrada de pessoas em estado de embriaguez foi proibido pelo regimento interno, uma vez que poderia levar ao trânsito de bebidas alcoólicas dentro da unidade, ou ocasionar brigas, agressões, podendo levar ao enfrentamento de situações críticas, de violência e confrontos. Era um quadro bem difícil.

Devido aos problemas pelo desvio da função social específica da Casa de Passagem, onde havia muito mais moradores que propriamente vagas para situações de rua transitórias, o trabalho e à função da mesma acabava sendo prejudicada e prejudicava também os transeuntes que chegavam ao local com todo tipo de situações. Muitos eram recebidos e tratados por berros e falas aleatórias de outros moradores, às vezes sem qualquer sentido. Mulheres mesmo estavam em maus lençóis. Uma vez uma das moradoras que possuía problemas mentais, não aceitava de bom grado a presença de outras mulheres no mesmo ambiente. Ela acabava ameaçando e intimidando outras mulheres, a ponto de algumas desejarem se desligar da casa.

Este quadro perdurou por diversos anos. Presenciei e, diversas vezes, tomei decisões difíceis para poder manter o melhor funcionamento do local em meu plantão. Apenas em 3 ou 4 anos após o meu início de trabalho na casa, a maioria das situações de idosos e outras situações irregulares foram sanadas, seja por retomada de vínculo de algumas das situações mais críticas, seja pela transferência para o lar dos idosos do município. Além disso, foi realizada uma reforma completa na Casa e houve a mudança de gestão local, porém dois casos de pacientes pertencentes ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com transtornos mentais permanecem até hoje, e mesmo com medicação e estabelecimento de relação de

confiança, regras de boa convivência, em alguns casos, nada é possível ser feito para garantir ao público em situação de rua, uma passagem pelo local sem maiores transtornos com o difícil convívio.

A situação tem se agravado. Recentemente a equipe que trabalha na Casa se reuniu a fim de exigir medidas para conter um sucessivo movimento de ameaças aos educadores sociais. Trata-se da situação de um morador que passou a agir promovendo ações contra os acolhidos que não possuem vínculo com a Casa, a fim de não permitir a estadia dos mesmos. Ele tenta controlar de forma demasiada o horário ou canais de TV, além de fazer diversas ameaças de morte aos sujeitos que utilizam o espaço.

Foi este cenário que motivou a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso com a seguinte temática: análise das relações de migração e trabalho de pessoas em situação de rua transeuntes por Canoinhas – SC, a partir dos pressupostos da Educação do Campo.

Entende-se que os dois campos do conhecimento, a educação do campo e a Assistência Social, possuem enormes diferenças, mas em comum pode se afirmar que pretendem contribuir para a superação das desigualdades sociais, seja por meio da educação formal ou a partir da construção de políticas sociais. Assim, dentro das devidas proporções, este trabalho pretende, a partir dos pressupostos da educação do campo, analisar a situação de pessoas em situação de rua e sua relação com o trabalho e a migração.

1.1 PROBLEMÁTICA

Partindo de pesquisas bibliográficas e documentais, além dos pressupostos da educação do campo, migrações e situação de rua, pretende-se compreender as relações do trabalho e processos de migração de pessoas em situação de rua que passam pela cidade de Canoinhas-SC, a partir da análise de documentos colhidos junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CREAS), que atende a grande

maioria de pessoas em situação de rua, as quais utilizam os serviços públicos no município. Esses documentos revelam o perfil dos sujeitos, suas origens e destinos.

Ao longo de dois meses realizei uma pesquisa exploratória nessa documentação, principalmente porque já sabia que havia uma grande quantidade de registros realizados pelo município. No entanto, ainda não havia definido as categorias fundantes desta pesquisa, a saber: migração e relações de trabalho, vivenciadas pelos sujeitos em situação de rua transeuntes por Canoinhas. Após essa definição passei a buscar dentre os relatos de situação de rua, os termos relativos ao 'trabalho', 'emprego', e 'serviço', separando-os por gênero e idades. Pretendia também coletar informações sobre as origens e destinos evidenciados pelos atendidos para compreender em especial como a fronteira de estados aparece nos processos de trânsito dos sujeitos, em suas passagens, identificando também os pólos de atração ou expulsão. Nestes registros também verifiquei dados que considerei importantes sobre escolaridade e instrução, que foram computados, bem como dados da origem dos sujeitos, buscando identificar sujeitos do campo ou o trabalho agrícola como principal motivo da migração. Tínhamos algumas hipóteses nessa direção e buscamos verificar durante a investigação.

Devo deixar claro também que, quanto citações de pesquisas bibliográficas, busquei ser fidedigno aos termos utilizados pelos autores, mas que aqui busco não deixar os sujeitos em situação de rua ou migrantes dentro de uma predefinição, quanto à sua situação dentro do processo de migração ou de vulnerabilidade social, sendo em caso que cito, colocando os como transeuntes ou pessoas em situação de rua. Digo isso porque, uma vez, exemplarmente em um único plantão como educador social, recebi dois sujeitos, um era um argentino e outro um venezuelano, com os quais parei para ouvir suas histórias de vida, enquanto servia o almoço em um domingo. Enquanto Heraldo, me contava que estava no Brasil, vindo de uma cidade Venezuelana com cerca de 200 mil habitantes, para buscar '*una oportunidad*' de trabalho, para mandar dinheiro para a sua família, e após se estabilizar trazer sua família para o Brasil; Juan estava transitando por Canoinhas, em situação de rua

para *'conocer el mundo'* e *'vivir una aventura'*. Trata-se, portanto, de situações bastante distintas de migração.

A partir desse exemplo nota-se que não seria possível categorizar todos os sujeitos atendidos num mesmo “rótulo”, pois não é possível generalizar o universo das pessoas que estão em situação de migração no município, e, em muitos casos, nem deixam claras as suas condições específicas. Buscamos nessa pesquisa identificar os sujeitos em migração por trabalho, a maior parte em situação de vulnerabilidade social.

Ao fim, o objetivo deste estudo é o de analisar as relações de trabalho e migração de sujeitos em situação de rua atendidos pelo serviço do CREAS, no município de Canoinhas (SC). Buscou-se ainda apresentar o serviço do CREAS e da Casa de Passagem, com o enfoque nos sujeitos que acessam esses serviços, sobretudo, os sujeitos que de certa forma estão na região de Canoinhas em geral para acessar trabalhos no campo a partir dos princípios e pressupostos da Educação do Campo, a fim de refletir sobre as desigualdades sociais e, pretensiosamente, poder corroborar na superação das mesmas.

Para atingir esse objetivo percorri um caminho no sentido de:

- Conhecer os processos de vulnerabilização social, que perpassam migrantes e pessoas em situação social;
- Discorrer sobre os princípios e pressupostos da educação do campo;
- Conhecer brevemente as políticas de assistência social e suas possíveis propostas para contribuir na luta contra as injustiças sociais;
- Analisar os dados de atendimentos obtidos junto ao CREAS de Canoinhas – SC;
- Discutir sobre possíveis contribuições da educação do campo para as políticas de assistência social;

- Buscar, na medida do possível, a construção de estratégias que contribuam na luta por justiça social, para as pessoas em situação de rua no município de Canoinhas.

Partindo de uma perspectiva do macro ao micro, inicialmente vou adentrar nas questões teóricas para mais adiante enfim poder compreender a realidade dos sujeitos e poder relatar e tratar da realidade local.

2. DOS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO À RUALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA INTRODUÇÃO DA PESQUISA

O movimento de educação do campo é parte das políticas públicas nacionais, sistematizadas a partir do 1º Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizado em 1997. Apesar de sua recente formulação são muitos os referenciais que vêm a contribuir para seu embasamento teórico. Por isso surge a necessidade de se entender quais são os seus pressupostos. A educação do campo é fruto da organização coletiva dos movimentos sociais camponeses na luta pela educação escolarizada e social dos povos do campo associada à luta pela terra, a partir da apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados e sistematizado pela produção humana.

O movimento pela educação do campo busca construir uma escola pública que dialogue com as necessidades e interesses das comunidades rurais e camponesas. Conforme aponta Libâneo *apud* Fiorentini (1993, p. 5),

a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade, que por sua vez, apresenta-se constituída por classes sociais com interesses antagônicos. Os interesses antagônicos no campo, na atualidade, revelam uma contradição entre o agronegócio e a agroecologia, sendo esta última, o projeto social defendido pela educação e pela escola do campo. (LIBÂNEO *apud* FIORENTINI, 1993, p. 5),

O autor afirma também que certas tendências pedagógicas, como a Tecnicista, acabaram por pecar ao reduzirem muito o modo de conceber a educação, por não levarem em conta, além dos conteúdos necessários ao mercado de trabalho, os outros princípios da vida, como a cultura e a realidade dos sujeitos na luta pela condições materiais de vida (FIORENTINI, 1993).

Nessa perspectiva, a educação do campo apresenta questionamentos para pensar a educação e a escola dos sujeitos do campo, tais como: Quem são os sujeitos do campo? Onde esse sujeito se forma? Que modos de vida possuem? Quais são as políticas públicas que o campo recebe e quais as funções que essas políticas possuem? Qual é a função social da escola destinada a esses sujeitos? Entre outras questões fundamentais para pensar uma educação adaptada e coerente com a realidade das comunidades do campo.

Para discorrer sobre esta temática, iniciamos com uma breve reflexão sobre a concepção de campo e de ruralidade existente na atualidade.

2.1. O CAMPO, SEUS SUJEITOS E A ESCOLA DO CAMPO

No Brasil, a designação do que é campo e cidade é permeada por um caminho obsoleto. Desde 1930 considera-se como rural apenas “o que está fora da cidade”, ou seja, dos perímetros urbanos (VEIGA, 2002), o que vem sendo reproduzido pelo IBGE. Nessa perspectiva entende-se, de um lado, a cidade como lugar moderno e desenvolvido, e de outro, o rural como o lugar de atraso social. Porém, essa visão dicotômica não considera as novas formas de organizar a vida no campo, bem como as formas de produção muito avançadas no campo, tão ou mais desenvolvidas que o próprio ambiente das cidades, além dos níveis até mais elevados de qualidade de vida na comparação entre as mesmas (ABRAMOVAY, 2000).

Para VEIGA (2002), uma qualificação mais adequada do que pode ser considerado campo seria municípios em que se encontram populações inferiores a 50 mil habitantes, ou com uma baixa densidade demográfica. Nota-se que esta conceitualização implica num novo mapa da ruralidade do Brasil. Em outras palavras, o autor revela que o Brasil é menos urbano do que as estatísticas representam. Essa perspectiva muda também o enfoque das políticas públicas, assim como a distribuição das políticas educacionais para o campo, que existe e está por trás de quantificações obsoletas, estaria aparentemente muito mais carente de políticas próprias, adequadas a sua realidade.

Essa compreensão faz-se necessária para somar o que trazem os movimentos sociais sobre a ideia de campo, que é muito mais ampla do que apenas uma área denominada rural. Para os movimentos sociais, o campo representa os assentamentos e acampamentos de reforma agrária, os quilombos, as áreas indígenas, as comunidades ribeirinhas, entre outras comunidades que possuem a materialidade da vida e do trabalho voltadas à agricultura, à agroecologia e ao modo de vida do camponês.

A legislação da educação do campo, a partir dessas concepções amplas do que vem a ser campo, descreve:

§1º—Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I—populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II—escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º—Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º—As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político-pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.(BRASIL, 2010)

Essa concepção ampla de campo traz com ela um projeto social para o campo brasileiro, o qual se pauta na agroecologia, na pequena propriedade familiar, nas comunidades indígenas e quilombolas em contraposição ao latifúndio e mecanização intensiva, com uso de agrotóxicos, trazidos como proposta política do capital, cuja materialidade é o agronegócio.

Atualmente fica explícito que existem duas visões/direções de desenvolvimento, que se contrapõem: a do agronegócio, para a qual o campo é ainda um lugar do atraso, que precisa ser modernizado pela agricultura capitalista, que se realiza a partir do trabalho assalariado e do controle do mercado (o campo deve se tornar um lugar de negócios), e a da agricultura camponesa e dos pequenos produtores, para a qual o campo é lugar de produção de vida/alimentos, culturas e não meramente de produção econômica (campo construído como lugar de trabalho, que gera vida com dignidade). (UFBA, 2010. p. 51).

Essa visão de campo, capitalista, cumulativa, é parte de visão eurocêntrica e

também ideologicamente difundida, tanto por meios midiáticos, como por instituições sociais, como a escola, a igreja, a família, etc. A educação do campo, por sua vez, visa desenvolver uma proposta que busca, em última instância, a transformação social, tendo o trabalho como seu princípio fundamental.

O trabalho que se refere aqui é inerente à história, faz parte dos primeiros relatos de evolução humana e perpassa a história da humanidade, a partir do desenvolvimento da capacidade de plantio e cultivo, da agricultura. O trabalho humaniza o ser humano, já que é o único ser que através de sua capacidade lógica, é capaz de produzir a sua existência, produzir a sua própria forma de existir e estar no mundo (MARX *apud* MANACORDA, 2007).

Desde o princípio da história humana, o trabalho é o meio pelo qual o homem se humaniza, através do auto desenvolvimento e aperfeiçoamento, produzindo modos cada vez mais abstratos e complexos, a tal ponto de produzir uma esfera sintética da natureza.

Fundamentalmente, vê-se que o trabalho é indissociável do homem e da mulher, e é por meio do trabalho que ele transforma o mundo. Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho serve, na maior parte das vezes, à desumanização, efeito da exploração da mais valia e sobretrabalho. O capitalismo, predatório, exploratório e injusto, aliena o trabalho humano, retirando do mesmo a sua propensão de transformação social.

Para Marx *apud* MANACORDA (2007), o trabalhador se torna maquinizado ao ser um objeto explorado. Ao vender seu corpo (sua força de trabalho), o trabalhador renega até mesmo a realidade humana, já que se vê obrigado a abandonar a sua moral e religião, sendo renegado a ser um sujeito sem virtude.

Segundo MANACORDA (2007), o homem não pode existir por completo na sociedade dividida (em classes) já que a exploração da mão de obra retira do sujeito mais do que a mais valia, também o sobretrabalho, termo que designa ao tempo que se toma do trabalhador em trabalho não produtivo ou nenhum trabalho, mas que também não se permite o ócio. Este tempo suprimido não possibilita que o sujeito possa ter pleno desenvolvimento das virtudes humanas.

As Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, por sua vez, buscam resgatar o sentido originário do trabalho para a emancipação humana, apontando para a necessidade de se levar em conta as relações de trabalho no campo e na terra.

Conforme aponta VENDRAMINI (2010),

a concepção de trabalho aqui delimitada difere do trabalho assalariado e alienado, que separa atividade intelectual e manual, produtor e produto e individualiza as relações entre os próprios homens. Portanto, o trabalho aqui é como relação fundamental que define a existência humana, sendo a educação e a escola processos que se desenvolvem historicamente concomitantes às formas de trabalho e às necessidades da vida social. (VENDRAMINI, 2010. p. 145).

Assim, o trabalho é categoria central de análise da materialidade histórica dos homens e das mulheres por ser a forma mais simples, mais objetiva, que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. Pires (1997, p.89) afirma que "o trabalho, como princípio educativo, traz para a educação a tarefa de educar pelo trabalho e não para o trabalho, isto é, para o trabalho amplo, filosófico, trabalho que se expressa na *práxis* (articulação da dimensão prática com a dimensão teórica, pensada)".

O trabalho deve ser o princípio e o meio, e não apenas um fim. Sem inverter a lógica da escola que apenas contribui para a alienação perpétua, não será possível o homem omnilateral, e desenvolvimento do que poderia assim ser nomeado (por isso adapto de Marx *apud* Manacorda (2007) que dentre outros reinos, ao fim chegaria ao) *reino da humanidade*, onde o ser social pode desenvolver suas virtudes humanas em plenitude, não estando mais alienado a mera exploração capitalista.

Desse modo, a escola que ensina apenas para o mercado de trabalho, seja no campo ou na cidade, mantém o ser humano alienado dos meios de produção, às práticas alienantes da sociedade que garantem ao modo de produção da vida que desumanizam o ser humano, ao serem explorados pelos donos dos meios de produção.

Conforme SAVIANI (2010), as escolas acabam reproduzindo os interesses do capital gerando mão de obra de acordo com interesses da sociedade capitalista, sem que haja um processo crítico e de caráter emancipatório.

Numa direção contrária a esta, a proposta pedagógica da educação do campo, pautada na prática dos movimentos sociais, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como em teóricos como Marx, Pistrak, entre outros, apresenta como uma de suas principais preocupações a superação do modo de produção em que o trabalho é explorado pelos donos dos meios de produção, ou seja, dos modos de produção que alienam o ser humano à subsistência, não os permitindo seu pleno desenvolvimento cultural e social.

(...) Marx nos remete à necessidade de compreender a educação do homem em sua totalidade histórica, o que permite compreender como esta pode auxiliar na tarefa histórica de libertar os homens do jugo do capital que os impede de acessar os bens culturais historicamente produzidos e acumulados pela humanidade. (UFBA, 2010 p. 36).

A educação do campo, além de trazer o contexto social e do trabalho para a escola, valoriza os diversos modos de vida e a cultura desses povos.

Conforme descreve Saviani (2009), a educação que se quer emancipadora visa a instrumentalização das classes trabalhadoras, onde as camadas populares se apropriam das ferramentas culturais necessárias para a luta social que travam para se libertar das condições de exploração que vivem (SAVIANI, 2009).

Tendo por desafio a necessidade de o trabalho pedagógico do professor transcender a consciência do senso comum, própria de uma prática utilitarista, e ascender a uma consciência reflexiva, própria de uma práxis reflexiva, participativa e criativa (FREITAS apud TITTON, 2006. p. 168)

Segundo MÉSZÁROS (1981) “a educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação de quadros e a elaboração dos métodos para um controle político” (MÉSZÁROS, 1981, p. 275).

O capital mostra-se de forma cada vez mais perverso, por isso a escola deve ter como preocupação principal a relação da ciência com os conteúdos escolares, cumprindo sua tarefa de desenvolver o pensamento teórico científico dos estudantes para explicar os fenômenos reais da sociedade, ultrapassando o mundo das aparências, mostrando-os e compreendendo-os como realmente são (UFBA, 2010 p. 167). No caso da educação do campo, apresenta-se ainda o desafio de vincular os conteúdos trabalhados à realidade dos sujeitos do campo.

A participação que se reivindica pela Educação do Campo não é descomprometida com a realidade – é uma participação crítica, exigindo que tanto os professores quanto os estudantes e comunidades façam parte das instâncias decisórias da escola, e que na sala de aula os estudantes também devem estar presentes nos processos de tomada de decisão. (UFBA, 2010 p.168)

A educação do campo, conforme CALDART (2000) *apud* TITTON (2006) pauta-se na formação humana e apresenta necessariamente algumas relações:

1 - educação e vida produtiva - compreende a educação a partir de seus determinantes estruturais que se constituem no modo de produção material da existência humana ou de uma sociedade, bem como os processos sociais aí embutidos. Em síntese, o elemento característico na conformação da educação é o trabalho;

2 – formação humana e cultural – as ações educativas dentro e fora da escola são “portadoras de um determinado patrimônio e tradição cultural”, nesse sentido a educação tem o papel de mediadora entre uma geração e outra, resguardando a dialética existente entre “velho” e “novo”;

3 – relação entre educação e história – considerar sempre o homem e a mulher como uma produção histórica, assim como o pensar e o fazer educacional, tomando a história como um princípio educativo em contraposição à cultura presenteísta dominante na sociedade contemporânea;

4 – a escola, como um dos espaços e tempos de formação humana deve ser considerada em seus vínculos com os processos sociais – os processos socioculturais que se desenvolvem na escola são fundamentais para a formação dos sujeitos que dela participam, mais pelas relações sociais que constrói do que pelos conteúdos escolares que propala (CALDART, 2000 *apud* TITTON, 2006. P. 35)

Por isso;

A prática das famílias assentadas e suas experiências de vida servem de substrato para o processo ensino-aprendizagem, constituindo-se em temas geradores que se desdobram em diversas atividades de estudo dentro da escola. E procuram fazer isso através do movimento dialético de teoria – ação, partindo da prática e a ela retornando, redimensionando-a de modo a torná-la mais consequente. Ao proceder dessa forma estão refletindo sobre sua prática, realizando, portanto, a práxis que numa dimensão maior é a

atividade direcionada à transformação da realidade e do mundo (PIZZETA, SD apud TITTON, 2006, p. 41).

Para isso, a educação necessita de proposta política clara, que leve aos sujeitos da escola como síntese de sua própria existência e que tenha um âmbito de luta social e política, obra das investigações da realidade social e inter-relações da vida.

2.2 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como outrora citado, sempre questioneei o porquê das inúmeras injustiças sociais, e essas questões reverberam por anos. Neste tópico pretendo, mesmo que brevemente, ilustrar o que a literatura nos traz e explica sobre a gênese da mesma, e também o que há sobre a questão social em seu âmbito teórico entre o trabalho e a assistência social.

A questão social segundo diversos autores é uma expressão da contradição do capitalismo, onde quem produz tem a sua produção tomada pelos capitalistas, apropriando-se assim da riqueza socialmente produzida (DAMÁSIO, 2016, p.3), também conhecida como expropriação.

MONTAÑO (2012), em “Concepções de pobreza: questão social e seu enfrentamento” delibera sobre todo o crescimento da pobreza, e à ciclicidade das crises capitalistas, que são intrínsecas ao próprio capitalismo. Dentro disso, revela que a assistência social na história humana é noticiada desde os anos 1600, quando as igrejas da Inglaterra tinham a função de auxiliar as populações pobres com ações filantrópicas, porém a pobreza, o pauperismo, era considerada única e exclusivamente responsabilidade do indivíduo no pensamento burguês arcaico, vinculado ao déficit educativo, falta de conhecimento das regras de mercado, problemas de planejamento e um problema de ordem moral-comportamental (ócio, vadiagem, alcoolismo e mau gerência financeira)(MONTAÑO, 2012, p.273).

Assim se constitui a concepção de cultura de pobreza, vinculada exclusivamente à capacidade ou limitação pessoal, algo muito similar ao

pensamento meritocrático ainda corrente. Entendia-se que a pobreza era oriunda das ações individuais, de acordo com as ações de cada sujeito, e o tratamento dado à questão social era de filantropia no sentido de alterar esses comportamentos e ação de caráter moralizador, fundados então numa política de educação e filantropia, surgindo assim os primeiros abrigos para pobres e organizações filantrópicas (MONTAÑO, 2012, p.272)

A partir da aprovação da lei dos pobres em 1601 na Inglaterra, a beneficência foi a política de compensação, até que em 1834 a própria lei passa a ser considerada a origem do pauperismo, da acomodação, ociosidade e pobreza, onde a pobreza passa a ser considerada crime, sendo castigada e reprimida, passando à marginalidade. Isso fez com que surgisse à marginalização do sujeito “desintegrado e disfuncional” em detrimento do “trabalhador”, o indivíduo “integrado” (MONTAÑO, 2012, p. 273).

Após a segunda guerra mundial, a “questão social passa a ser internalizada na ordem social”, não considerada mais um problema do indivíduo, mas sim um problema de ‘descompasso entre a oferta e demanda de bens/serviços’ (MONTAÑO, 2012, p. 275)

Do ponto de vista neoliberal, preconiza-se uma ação do estado na área social, agindo de forma mínima e precarizada, repassando os problemas para o terceiro setor, assistência social por organizações da sociedade civil ao mesmo tempo que age pelo arrocho salarial, reformas previdenciárias e flexibilização de leis trabalhistas. No neoliberalismo, o sujeito passa mais uma vez a ser o responsável pela sua miséria, ficando o estado não mais responsável por suprir as necessidades básicas, suprimindo os direitos constitucionais.

Nessa perspectiva, porém, o estado deve, ao invés de estimular o consumo com a redistribuição de renda, investir num desenvolvimento prévio do capital, garantindo uma lucratividade do mercado e protegendo-o de flutuações, para que o remanescente do lucro capitalista possa ser reinvestido e possa ocasionar oferta maior de empregos, enquanto isso a área social permanece precarizada e à mercê

da solidariedade dos indivíduos da sociedade civil organizada (MONTAÑO, 2012). Ainda nessa perspectiva neoliberal, o estado age de forma a promover ações focalizadas, precárias, regionais e passíveis de clientelismo. As empresas fazem ações mercantis sob a suposta filantropia, que passam a ser "mercadorias lucrativas", e as organizações filantrópicas agem para contingenciar aquelas não atendidas nos citados anteriormente (MONTAÑO, 2012).

MONTAÑO (2012) alega que a pobreza relativa ou absoluta não é oriunda da falta de desenvolvimento (tanto em sociedades de fartura ou de carência), mas sim pelo próprio desenvolvimento do modo de produção de capitalista, já que o processo de exploração de mais-valia gera riqueza aos donos de meio de produção em detrimento dos trabalhadores. Quanto maior a produção de riqueza, maior a riqueza expropriada, conseqüente pobreza de muitos e riqueza para poucos, pela acumulação privada de capital (MONTAÑO, 2012).

Segundo MONTAÑO (2012), qualquer tentativa de combater a pobreza dentro do modo de produção capitalista, além de não solucioná-lo, permanecerá reproduzindo-o, já que a gênese da pauperização não é questionada (MONTAÑO, 2012).

No que tange à assistência social, MONTAÑO (2012) nos leva a crer que no Brasil os governos progressistas até 2012, houveram alguns avanços sociais. Contudo, ainda se manteve uma política assistencial paliativa dentro de uma economia em que enxerga a pobreza como um mal necessário, que apesar de reduzir a pobreza, mantém à reprodução capitalista, e no momento em que crises cíclicas do capitalismo retornarem, pode haver uma dupla crise, onde o capital espera políticas neoliberais de enxugamento do estado, privatizações e arrocho salarial como moeda de troca para o reinvestimento dos lucros expropriados, e ao mesmo tempo a população pobre continuará a depender de política estatal, com redistribuição de renda, manutenção de poder de compra e empregabilidade. Esse cenário atinge diretamente a população em situação de rua.

O processo de rualização e de origem das populações de rua, bem como a sua pluralidade é bastante complexo e diverso, trata-se de um problema socialmente e historicamente construído. Pessoas em situação de rua são um fenômeno comum e perpassam a história humana, estas foram marginalizadas por diversos motivos, desde motivação de estigma de saúde (na bíblia, Lázaro e a lepra, são um exemplo). Na literatura encontramos registros como os protagonistas do clássico “Os Miseráveis”, de Victor Hugo, mas em especial no Brasil, eles passaram a aparecer com maior frequência a partir da transição agro-industrial do início do século XX.

No Brasil, segundo ALMEIDA (2018), suspeita-se que havia pessoas em condição de rua desde a colonização, mas os relatos de população sem local de parada designados como de “vadiagem” e de “vagabundos” é anterior.

Segundo ALMEIDA (2018), apenas a partir da década de 1980 o “povo da rua” passou a ser reconhecido e atendido por instituições como a igreja católica, que passou a agir de forma filantrópica para suprir as necessidades imediatistas de uma população, nesse momento vista como vitimizada pelo sistema capitalista e o desemprego crescente. Antes disso, eram invisíveis (até 1900), tratados como coisas (até 1980), depois passaram a se politizar (década de 90 até 2015), porém são criminalizados desde sempre (ALMEIDA, 2018).

No Brasil atual Sicari e Zanella (2018) apresentam que a população de rua,

Conforme censo de 2009, é heterogênea, plural, mas em maioria Homens (8 em cada 10). Essa pesquisa traçou o perfil dessa população: predominam pessoas do sexo masculino (82%), a maioria com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que se declaram pardas (39,1%); 74% sabem ler e escrever; 70,9% exercem alguma atividade remunerada, por exemplo como catador de material reciclável e flanelinha; 51,9% possuem algum familiar na cidade em que se encontram, mas 38,9% não mantêm contato com seus parentes; 95,5% não são vinculados a nenhum movimento social e 24,8% não possuem nenhum documento de identificação (Brasil, 2009) (SICARI; ZANELLA, 2018 p. 663).

Afirmam ainda que as razões que levam pessoas a viverem nas vias das cidades são variadas, desde estarem ali em função de drogadição, problemas familiares, desemprego e outros.

Conforme relatos colhidos por Almeida (2018), os males que acometem de forma injusta as pessoas em situação de rua são:

Doença física e psicológica; ausência de oportunidades dignas de se desenvolver; falta de perspectivas de futuro; incertezas; desemprego; abandono; violência; fome; frio; exposição forçada de si e falta de privacidade; além de desproteção; preconceito; discriminação e morte prematura (ALMEIDA, 2018 p. 106)

A precarização das condições de vida é uma delas, porém reduzir a compreensão do fenômeno a questões econômicas limita sua compreensão e reduz a complexidade que o conota. De acordo com a pesquisa nacional supracitada, os principais motivos relatados que levaram as pessoas a viver nas ruas é o uso abusivo de álcool e outras drogas (35,5%), o desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). A justificativa da ida e permanência nas ruas devido a uma escolha pessoal também aparece, não de forma frequente e expressiva, porém deve ser levada em consideração. Ao relatarem a escolha como a responsável pela vida nas ruas, justificam que a busca pela sensação de liberdade é a principal motivação (Brasil, 2009 apud SICARI; ZANELLA, 2018, p. 664).

A maior parte das pessoas que se encontra em situação de rua busca a assistência social pública. Contudo, para alguns dos moradores de rua entrevistados por Almeida (2018, p. 108), as instituições públicas “mais humilham que acolhem”, uma vez que possuem certa escassez de bens ou direitos concedidos. Além disso, pessoas em situação de rua não participam da construção das políticas a eles destinadas, mesmo em locais de discussão dessas políticas, como nos fóruns de população de rua. Segundo ALMEIDA (2018), os moradores de rua que em tese são os mais interessados nessas políticas, se viram silenciados, seja pela ausência dentro dos fóruns destinados, seja pela ausência no lugar de fala que devia ser a eles destinados, e eram substituídos por outrem que não tinha conhecimento da realidade, já acostumados a discursar proposições que não representavam as reais necessidades dos sujeitos em situação de rua que ali frequentavam.

Em suma, a maioria dos indicativos na literatura aponta que a condição de morador de rua é vista pelas políticas públicas como transitória (detalharei sobre,

mais adiante), propondo-se soluções simplistas e equivocadas (quando isso ocorre, se ocorre) a um problema complexo, multifacetado e estrutural, historicamente produzido e reproduzido, tanto no campo com a pobreza, perda e expulsão de terras e violência, como nas periferias e bairros dos grandes centros, incapazes de receber e aportar todos os migrantes que se destinam às mesmas. Na atualidade é a assistência social que acaba se ocupando das pessoas em situação de rualização.

Dentro da estrutura social surgiram e surgem as políticas de assistência social, em especial no Brasil a Proteção Social Básica, que tem como objetivo a prevenção e o nível de Proteção Especial destina-se às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. A proteção social de nível básico está estruturada para prevenir populações em situações de vulnerabilidade e risco social através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (QUINTUNDA, 2017, p. 42).

Porém, avanços se encontram distantes da realidade concreta, seja pelas poucas políticas públicas, pela sua ineficiência, ou pelo seu carácter paliativo.

MORAES e SILVA (2018) afirmam que historicamente as políticas de assistência social foram desfavoráveis à população em situação de rua, o que nos revela que não há interesse político para a busca de uma solução.

A Assistência social também possui dilemas à parte, o maior deles é o contraponto ao assistencialismo, onde às vezes é difícil desvinculá-lo do direito social. Segundo FIALHO (2017), ações sociais são vistas como assistencialistas quando passam a ser realizadas de forma acrítica, que acaba por gerar “gratidão” (com conseqüente troca de favores) e torna os assistidos como dominados ou subservientes da ação titular, ao mesmo tempo que por não cobrar uma contrapartida para que os mesmos deixem de prevalecer na condição de necessitados, repercute em detrimento de ações da assistência social. Ademais, a assistência social existe por haver uma diferença enorme entre riqueza e pobreza (ou abismo social).

Diante destas breves explanações conclui-se que se não houver mudanças propositivas em que freiem a precarização trabalhista, redução e solução de vulnerabilidades sociais, políticas que ofereçam educação crítica e habitacionais, aumentos de contingentes migratórios tornar-se-ão mais expressivos, e conseqüentemente as populações em situação de rua também, uma vez considerado que a situação de migração é precursora da situação de rua, e em muitos momentos se confundem.

É essa realidade de desigualdade social, abismo social as contradições no sistema capitalista que une as áreas de educação do campo e assistência social para as populações de rua. O segundo acaba sendo sujeito da primeira, uma vez que a negação de direitos para os sujeitos do campo é o mesmo cenário social que produz o sujeito morador de rua, sobretudo nos casos de migração por busca de trabalho, e muitas vezes trabalho na agricultura, que é objeto desta investigação e será melhor detalhado a seguir. Cada qual tende a ver e tratar as contradições à sua maneira, qual é objeto deste estudo, e é absolutamente importante entendermos as realidades e suas implicações, como educação do campo e assistência social tentam tratar os problemas do capitalismo.

3 MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE RUA E REALIZAÇÃO - UMA LINHA TÊNUE

Dentro da proposta de entender os processos de vulnerabilização que perpassam sujeitos em situação de rua e migrantes que podem acabar na mesma situação, mesmo que transitoriamente, foi necessário buscar entender como a literatura trata ambos.

Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica, onde as palavras chaves “sujeitos em situação de rua” e “migrantes” ou “migração” foram utilizados, resultando em uma literatura que em grande parte, apenas especificamente falava de uma das condições, mas dificilmente tratava de ambas, como possíveis condições complementares ou que pudessem estar dentro do espectro de

vulnerabilização social, onde aqui é denominado por Silva e Lopes (2018) por rualização.

Segundo SILVA; LOPES (2018)

O processo de rualização é um fenômeno complexo que retrata a realidade vivenciada por um segmento social que se encontra numa situação extremada de pobreza e de estigma por parte da sociedade. E mesmo não sendo um fenômeno restrito ao tempo presente, nos dias atuais, e tem revelado significações e determinações que agravam ainda mais a situação de pobreza, como as contínuas perdas que vão desde as materiais – como bens, emprego – até as afetivas – como os vínculos familiares, de amizade, comunitários –, e também a autoestima, sem deixar de mencionar que, em muitos casos, esses sujeitos passam a conviver também com diversos agravos à saúde mental e a drogadição crianças, homens, mulheres, famílias, jovens adultos, idosos, profissionais do sexo, transexuais, migrantes, loucos de rua, desempregados, assim como vítimas de violência doméstica, sujeitos vítimas da violência urbana, expulsos das comunidades pelo tráfico de drogas e/ou famílias inteiras, idosos abandonados, foragidos da justiça, egressos do sistema penitenciário, empregados do mercado informal, usuários dependentes de álcool e outras drogas, entre outros (SILVA; LOPES, 2018, p. 53)

Apesar de anos de experiência como Educador social, não é evidente identificar quando se trata de um migrante em situação de rua, ou de um sujeito em situação de rua permanente. Ao que se indica, todo morador de rua, ao menos em dado momento, é migrante, mas nem todo migrante é morador de rua, apesar de poderem estar muito próximos, estando, o segundo, em uma situação de vulnerabilidade social quase consumada, qual tem na assistência social o último local onde pode ancorar-se para não se estabelecer na rua como um “morador”.

Tanto a literatura sobre o tema, como a minha prática nesses anos, indicam que as políticas atuais não são capazes de superar as mazelas sociais. Porém, se é ruim com essas políticas, seria muito pior sem elas. Inúmeras vezes recebi pessoas que não se alimentavam bem por dias. Uma vez, uma família, que nem mesmo passou pela Casa, estava com passagem pronta, e embarcaria para outra cidade. Pediu através do CREAS algo que fosse salgado para comer, pois em menos de uma hora os mesmos embarcariam no ônibus. Mesmo com poucos recursos naquele momento providenciei café e pão. Descobri depois o motivo pela insistência em algo

que fosse salgado, pois a família estava a dias comendo apenas bolachas doces e o organismo deles já não aceitava mais comer.

Foram inúmeras as situações em que diversos acolhidos foram recebidos altas horas da noite, com fome, sede, frio, cadeirantes, alcoolizados e mesmo debaixo de chuva. Ali, todo o alimento oferecido, mesmo em grande quantidade, era aceito pelos recém chegados, que em algumas ocasiões pareciam cambalear como se estivessem alcoolizados, mas apenas estavam vitimizados por dias de fome e noites mal dormidas em bancos, calçadas, sarjetas.

Outros encontraram abrigos em locais como um estacionamento interno de uma loja de pneus próximo da rodoviária. Um dia, cerca das 8:30h da manhã, vi dois homens levantando-se de sua cama improvisada apenas com cobertores sob o piso de cimento queimado numa manhã de fim de inverno. Muitas outras vezes, os transeuntes nem mesmo chegam a usar os serviços da assistência social, que pode servir como suporte, ao menos para as necessidades imediatistas, por mais que não ofereça a liberdade almejada, durante uma pernoite, exemplarmente.

Tal qual visto anteriormente, SILVA; LOPES (2018, p. 54) apontam no caminho que algumas interpretações e conceitos atribuem um caráter moralizador que criminaliza e culpabiliza os sujeitos pela situação vivenciada, o que se registra, de fato, é um fenômeno social que decorre de uma conjuntura macrossocial que o determina e condiciona. Devo concordar com RASTRELO e SILVA (2008, p.66) que ao discorrer sobre a interação entre campo e cidade, de Uberlândia e Martinésia, afirmam que a cidade, em muitos casos, não foi e não é capaz de atender às demandas de saúde, escola, moradia e principalmente trabalho, o que leva ao empobrecimento cada vez maior de grande parcela da população que passa a residir em bairros periféricos, o que é o provável fator de maior relevância nos infortúnios. Quintunda (2017) traz uma diferenciação sobre a classificação de migrantes, e coloca migrantes por questões sociais, consideradas menos graves, em lado oposto à outros migrantes oriundos de guerras, perseguições políticas, raciais e religiosas ou desastres ambientais, deixando os mesmos na categoria de migrante voluntário; porém reconhece que ambos acabam submetidos a condições de trabalho

degradantes, longas jornadas de trabalho, condições insalubres e sem segurança e na maioria das vezes recebem salários baixos, isso tudo por conta das suas condições, migrante irregular, dificuldade com a língua , entre outras questões.

Inúmeros autores relatam que a migração e a urbanização se associam, desde que pólos urbanos se tornam locais de atração à medida que a industrialização avança. Assim, polos de expulsão e atração, em geral são conhecidos por prover e receber migrantes, e usualmente as cidades de grande porte são conhecidas por serem pólos de atração, outras menores e interioranas, aqui designadas como do campo tem feito o papel de pólos de expulsão.

O esvaziamento do campo, embora tenha sofrido uma certa desaceleração nas duas últimas décadas, é menor mas permanece contínuo. Ainda é de longe o maior movimento espacial da população brasileira. A migração do Nordeste para o Sudeste persiste como o fluxo mais significativo, mas não podemos esquecer a urbanização das regiões Norte e Centro-Oeste, bem como dos estados do Nordeste. De resto, em todas as unidades federais, com maior ou menor intensidade, prossegue o movimento de urbanização que marcou a segunda metade do século passado. Conforme dados do IBGE, o ritmo da urbanização no país vem diminuindo progressivamente, mas as taxas ainda se mantêm elevadas. Não apenas as capitais e metrópoles, mas também as pequenas e médias cidades vêm absorvendo o afluxo do êxodo rural (GONÇALVES, 2001, p.177).

As migrações temporárias ou sazonais ocorrem, especialmente, em direção às safras agrícolas. As safras da cana-de-açúcar, do café, da laranja, da uva – entre outras – são responsáveis por grandes fluxos de trabalhadores que, por um período de 4, 5, 6 ou 7 meses, deixam sua terra natal e se dirigem às regiões da agroindústria. Bahia, Ceará, Paraíba e outros estados do Nordeste figuram como as principais áreas de origem desses migrantes. Quanto ao destino, podemos citar os estados de Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Alguns estados, como Minas Gerais e Paraná, por exemplo, são simultaneamente pólos de origem e destino desses trabalhadores. Regiões de irrigação, como Petrolina (PE) e Juazeiro

(BA), atraem igualmente números expressivos de trabalhadores temporários/sazonais. (GONÇALVES, 2001, p.177).

Há também um movimento de migração chamado “migrações circulares ou pendulares” que representa o movimento diário ou semanal de trabalhadores dentro das grandes metrópoles ou entre localidades vizinhas. Podemos citar, ainda, os “bóias-frias”, os quais, embora trabalhando na zona rural, povoam as chamadas “pontas de rua” das pequenas e médias cidades.

A região de Canoinhas é historicamente composta de migrantes, tal como todo o estado de Santa Catarina. Iniciada com os Movimentos de tropeiros que passaram a residir pelo decorrer do caminho das tropas oriundas do Rio Grande do Sul, no decorrer do século XIX. Após a guerra do contestado, as terras da região receberam grandes contingentes de migrantes da Europa, principalmente os que se deslocaram do sul do Paraná para a mesma. Ao mesmo tempo que os migrantes oriundos da Europa, Polônia e Ucrânia. Nesse processo a maior parte da população indígena foi dizimada ou expulsa.

Com o advento da empresa Lumber (lê-se: ‘lâmber’), e sua posterior decadência por volta de 1960, os fluxos migratórios para a mesma perderam força, mas continuam a existir, tal qual dela para cidades do litoral. Ainda, existem empresas da indústria de papel, que atualmente buscam na região norte por trabalhadores para mão de obra de expansão das suas empresas em Três Barras, mas muitos deles residem e já trouxeram suas famílias para a região de Canoinhas.

Almeida (2001) aponta que os responsáveis pelas grandes obras, como as empresas de construção civil, o trabalho doméstico e até os serviços em geral, preferem, em não poucos casos, contratar mão-de-obra temporária, contribuindo para manter a situação aqui relatada. A empresa se adapta perfeitamente à oscilação da demanda nos setores apontados e, além disso, fica isenta dos encargos sociais mais onerosos e permanentes. Quanto aos trabalhadores, ficam em alojamentos provisórios e precários nos locais de destino, amargam em geral uma situação extremamente precária de vida e trabalho. (GONÇALVES, 2001 p.178)

De modo geral, os deslocamentos de curta distância crescem na proporção direta do aumento do desemprego e subemprego, como também da instabilidade social. Relacionam-se, via de regra, ao trabalho informal ou às relações extremamente precárias de trabalho. Neste caso, não é exagero afirmar que os trabalhadores trocam de emprego e de casa quase como trocam de roupa. No seu humor sombrio, costumam dizer que “trabalho não falta, o que falta é emprego”. Correndo atrás de “bicos” e disputando as migalhas do mercado, vêm-se forçados a um vaivém contínuo por uma sobrevivência cada vez mais difícil (GONÇALVES, 2001, p. 179)

E mesmo não sendo oriundos exclusivamente de migração, à vulnerabilização social por ordem econômica se inicia quando [...] “independente do papel assumido diante da ordem burguesa, muitos operários são expulsos do processo produtivo, convertendo-se em “exército de reserva”, conversão essa necessária à reprodução do capital” (SILVA; LOPES, 2018, p.40)

Como resultado, tem-se, tanto uma massa de proletários que oscila de emprego em emprego – constituindo uma mão de obra barata e exacerbadamente explorada –, como também uma parcela de desocupados duradouros que, espoliados dos meios de subsistência, engrossam as fileiras do exército industrial de reserva. (SILVA; LOPES, 2018, p.42) [...] ao passo que o capital avança com a introdução de novos processos produtivos, seja por meio de novas tecnologias e métodos de gestão da força de trabalho, seja por meio de novas formas de exploração e acumulação, um contingente expressivo de trabalhadores perde o seu emprego, sendo expulsos do circuito formal da produção de mercadorias (id., p.44).

Não podemos deixar de compartilhar o entendimento de que a condição em situação de rua, deriva também da lógica capitalista de cunho moralizador, em que o trabalho se apresenta carregado de significados, associado, em grande parte, à honra, à moral e à dignidade. Nesses termos, sem trabalho significa ser culpado por sua situação atual, responsável, sob o entendimento do senso comum e da retórica capitalista, por seu fracasso, por sua incapacidade de prover as condições mínimas de sobrevivência. Logo, merecedor de punição, de se manter distante, totalmente isolado e, em alguns casos, de romper por completo seus vínculos e relações sociais. Alguns estudos identificaram que existem pessoas em situação de rua que

se culpam por estar nessa condição, individualizando e reduzindo a si mesmas essa responsabilidade (SICARI; ZANELA, 2018)

Assim, essas pessoas não conseguem se enxergar como resultado da própria perversidade do sistema de acúmulo capitalista que destitui os trabalhadores de tudo aquilo que possuem, conforme descrito por SILVA e LOPES (2018).

Na análise da produção científica feita por SICARI; ZANELA (2018), de 2006 à 2016, evidencia-se nas pessoas em situação de rua a heterogeneidade dessa população e as múltiplas facetas de viver nas ruas das cidades. Segundo as autoras, a maior parte é do sexo masculino, com predominância, de relatos referentes ao uso de álcool e outras drogas, desemprego e fragilidade de vínculos; mas as autoras consideraram também a escolha individual como uma possível justificativa para a vida nas ruas.

No estudo “A história de vida de pessoas em situação de rua na cidade de Campo Grande/MS -Brasil”, ARRUDA *et al* (2015) descreve as motivações para a realização de 10 pessoas estudadas. Inicialmente a grande maioria aponta como principal motivo a perda de vínculo familiar (divórcio e morte de parentes) seguido por uso de drogas/envolvimento no tráfico ou passagem por presídios com posterior perda de vínculo. Ao fim de seu estudo, constatam que a formação nuclear familiar na sociedade capitalista burguesa acaba por ser estigmatizante quanto às "funções" de cada membro e quando elas não são correspondidas acabam por marginalizar esses sujeitos. Uma vez na situação de rua, estes sujeitos ficam com autoestima baixa, sem esperanças ou perspectivas, muitas vezes pela vergonha da posição em que se encontram, e conseqüente dependência das ações da assistência social, que segundo ARRUDA *et al* (2015), apenas suprem as necessidades básicas dos sujeitos em situação de rua.

Carvalho (2015) apud SICARI; ZANELLA (2018) afirma que as pessoas em situação de rua aceitam, na maioria das vezes, qualquer tipo de trabalho, pois se encontram em situação de vulnerabilidade e não conseguem exigir nenhuma garantia e/ou direito trabalhista.

SILVA (2014) apud SICARI; ZANELLA (2018) também analisam a questão da ruptura de vínculos sociais, distanciamento do mercado de trabalho e violações de direitos. Para a autora, “elas são objetivadas e subjetivadas por processos marginalizantes que circunscrevem suas marcas nos corpos, fomentando a resistência frente ao controle de suas vidas” (SICARI; ZANELLA, 2018 p. 668). Na perspectiva da resistência, as autoras apontam que muitas pessoas em situação de rua se encontram ativas no processo de se reinventarem, resistindo às práticas de exclusão e as dificuldades cotidianas. O processo de saída das ruas, por sua vez, não é muito simples. (SICARI; ZANELLA, 2018)

Para a saída da rua são necessárias alternativas socioeconômicas capazes de viabilizar a permanência da população em sua região de origem. Para o caso do Oeste (Santa Catarina) as medidas deveriam estar voltadas para a manutenção da pequena propriedade familiar e da garantia dos direitos dos sujeitos do campo. Outros fatores tais quais, processos como de mecanização extrema do campo, “pacotes tecnológicos” de sementes transgênicas e agrotóxicos, os atuais preços astronômicos de venda e “dolarização” de *commodities* e de adubos (compra) tornam propriedades pequenas vulneráveis, que podem ser facilmente subtraídos por grandes fazendas (pela falta de escalabilidade), quais são outro fator de expulsão dum campo já com altas concentrações de terras.

Ao analisar as migrações para o estado, e mais precisamente para Florianópolis, QUINTUNDA (2017) constata que muitos dos migrantes possuem qualificação técnica ou superior, o que demonstra que mesmo pessoas qualificadas sofrem com condições de vulnerabilidade que podem levar à condição de rualização.

Existe também a necessidade de superar concepções que reiteram processos excludentes e estigmas, alçando esse fenômeno a condição de processo social, resultante da exploração, opressão, desigualdade e exclusão próprias da dinâmica capitalista, enquanto expressão da questão social (SILVA; LOPES, 2018, p.52).

Todo o embasamento teórico revela que um sujeito em situação de migração, dificilmente o faz por simples vontade de mudar de forma voluntária, estando

atrelado a inúmeros fatores, mas em especial àqueles relacionados às desigualdades sociais e consequente sistema econômico capitalista, bem como à lógica exploratória do trabalho, realidade problematizada de forma muito crítica pela educação do campo e que é a base do trabalho da assistência social e das lutas dos sujeitos do campo, mais uma vez revelando a união dos campos de pesquisa deste trabalho.

3.1. QUESTÕES DE ESCOLHA METODOLÓGICA EM UM TEMA DE FRAGILIDADE DE INFORMAÇÕES

Para compreender sobre a população de rua que passou por Canoinhas, requisitei junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do município, o acesso às fichas de atendimentos do CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social). O CREAS é responsável pela vasta maioria de atendimentos e encaminhamentos de situação de rua, dos quais tive acesso com o objetivo de traçar um perfil da população de rua que perpassa o planalto norte catarinense, principalmente quanto à suas origens e destinos, à busca ou não por trabalho e a posteriori, também foram levantadas as suas escolaridades, origens e destinos.

Com base em pesquisa documental referente ao período de 2017-2018, foram analisados todos os atendimentos que resultaram em registros nos prontuários arquivados no CREAS do município, resultando em alguns dias de abertura de envelopes selados com diversos grampos (aparentemente, ninguém imaginou que um dia alguém pudesse estudar os mesmos e não poupou grampos no fechamento dos pacotes). Foram analisadas 186 fichas no total.

Mesmo assim, ao verificar uma quantidade de fichas, notei que havia registros em diversos formulários, dos quais apresentavam abordagens diferenciadas, e consequentemente os dados levantados também não era os mesmos, o que me fez recomençar o levantamento, agora além de computar, faixas etárias, gêneros, origem e destino, menção a relações de trabalho, também passei a levantar a escolaridade.

Cabe ressaltar que o CREAS municipal não tem todos os registros sistematizados do atendimento às pessoas de situações de rua, transitórias ou não, podendo haver outros registros em outros órgãos municipais, tais como os CRAS e Casa de Passagem Nova Canaã. Foram descartadas todas as fichas que não se tratavam especificamente de pessoas em trânsito ou em situação de rua, onde incluíram-se pessoas que necessitavam de apoio para acompanhamento hospitalar e ademais sem condições de permanência na cidade.

De forma objetiva, a dada pesquisa exploratória tinha o objetivo de verificar a relação entre pessoas em situação de rua e o trabalho, para isso, analisando em todos as fichas de atendimentos, lendo-as e verificando as situações, neste caso, as palavras chaves "trabalho", "serviço" e "emprego" foram utilizadas. Foram pesquisadas três faixas etárias, sendo de 18 a 44 anos, de 45 a 60 anos e com mais de 60 anos, e nos respectivos gêneros declarados, separados em quatro grupos, sendo:

Quadro 1. Demonstrativo das escolhas metodológicas:

Relação com trabalho	Caracterização
1. Em busca de trabalho	Grupo que mencionou claramente as palavras chaves designadas
2. Trabalho informal e precário	Grupo majoritariamente sazonal, malabaristas e serviços ou vendas
3. Não-trabalho	Grupo que potencialmente é de grande maioria de desalentados e/ou não deixaram claro à sua condição
4. Trabalho formal	Grupo remunerado e registrado formalmente

Dentre os formulários, também houve campos que embora fossem do interesse da pesquisa, ou não haviam resposta, ou estavam imprecisas, porém nada disso atrapalhou de fato a compreensão de como o retrato dos sujeitos transeuntes se desenhou durante o período de 2 anos, que mostrou-se de relevância.

3.2. PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA TRANSEUNTES POR CANOINHAS

O foco deste trabalho é realmente verificar a situação dos sujeitos em situação de rua que passam por Canoinhas. De forma exploratória, busquei entender quem são esses sujeitos e quais movimentos estão sendo feitos, mas a insuficiência de dados e o descarte de situações pontuais que eram casos conhecidos, como por exemplo um auxílio do CREAS para um munícipe voltar para a sua casa no interior, foram deixados de lado no levantamento, que apesar de ser uma situação de vulnerabilidade social, considerei insuficiente para caracterizar como pessoa em situação de rua, ou outros em que são situação de rua de fato e estão pelas ruas de Canoinhas, originários tanto de Canoinhas como de outros locais, receberam o atendimento do CREAS, porém não aceitaram a ajuda recebida ou já tiveram os encaminhamentos para tratamento quanto a uso de entorpecentes ou retorno às famílias conforme preconiza se na assistência quanto ao restabelecimento e fortalecimento de vínculo.

Na análise foi possível identificar que 67,6% dos atendidos entre 2017-2018, resultou em pessoas que deixaram explícitas à sua situação quanto ao trabalho, e ao contrário do senso comum, ao menos em um dado momento da abordagem ou atendimento, mencionaram estar em busca de trabalho ou ainda trabalhando, seja de forma informal e/ou precarizada, ou já formalizados (uma quantidade pequena, mas não irrelevante).

Deste restante 32,6%, foram contabilizados como em situação de não-trabalho, e potencialmente em desalento, vivendo de mendicância e/ou auxílio de órgãos das assistência social dos diversos municípios que têm se deslocado (foram

desconsiderados as fichas que não condizem com uma situação de rua já estabelecida, e se tratavam de auxílio específicos com fim social).

GRÁFICO 1 - Relação de trabalho do total sujeitos em situação de rua



atendidos em Canoinhas - Biênio 2017-2018

Fonte: Fichas de Atendimento do CREAS - 2017 e 2018

Isso corrobora com ALMEIDA (2018) quando afirma que, diferente do senso comum,

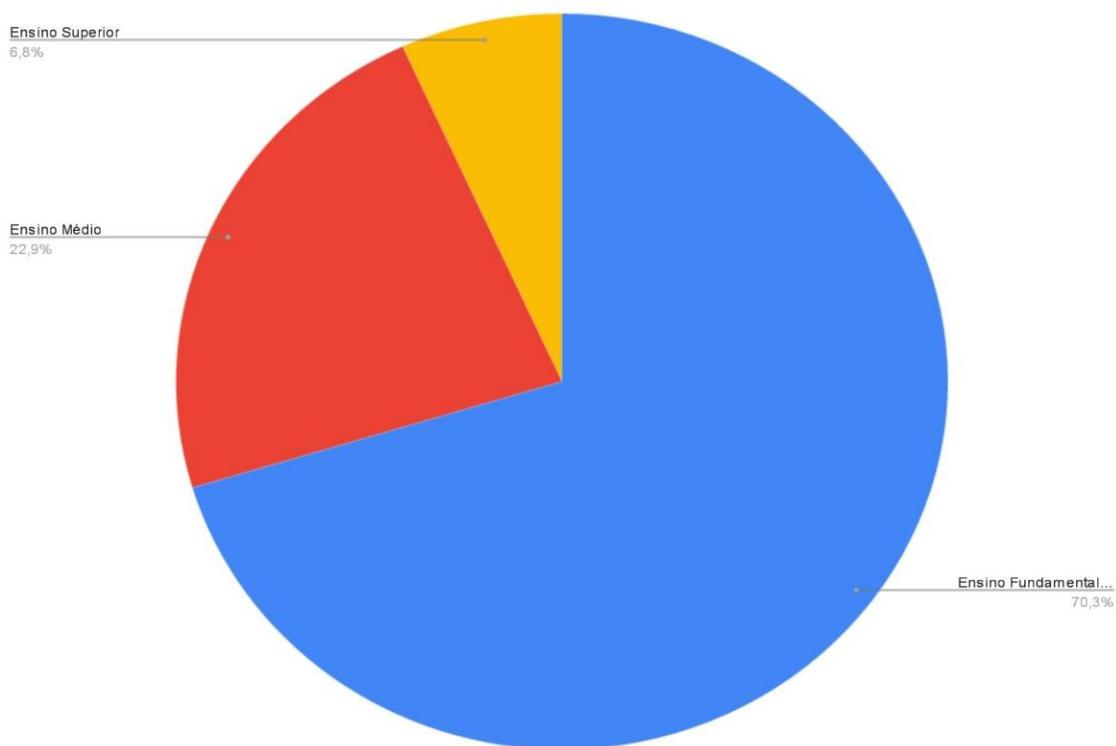
à população de rua não está na rua por opção, e sim pois as condições de extrema pobreza, desemprego e abandono se tornaram um ciclo vicioso, reforçado pelo preconceito e ausência de vontade política para que os recursos destinados cheguem de forma efetiva e possam auxiliar em condições reais para a saída definitiva da saída da rua (ALMEIDA, 2018 p. 199).

Esta realidade é observada por mim no cotidiano do trabalho. Em minha experiência já pude colher diferentes relatos junto à transeuntes que vieram até a

Casa de Passagem Nova Canaã para o acolhimento. Todos (descartando algumas exceções) buscavam oportunidades no mundo do trabalho. Seja de emprego, seja de estadia para um descanso e decidir o que faria dali em diante, para onde prosseguiria após finalizar o direito concedido pelo CREAS/Casa de Passagem, etc.

Do total de pessoas em situação de rua analisadas, ao menos 60,5 % entre homens e 72,4% entre mulheres em 2017; e 46,4% entre homens e 48,4% entre mulheres em 2018, declararam não ter concluído sequer o ensino fundamental. Quando se adiciona os que também concluíram apenas o ensino fundamental, essas parcelas vão respectivamente para 70% (2017) e 70,6 (2018) em valor absoluto, assim representando cerca de 70,3% de pessoas em situação de rua que possuem no máximo o nível mínimo de instrução.

GRÁFICO 2 - Escolaridade dos sujeitos em situação de rua - biênio 2017 - 2018

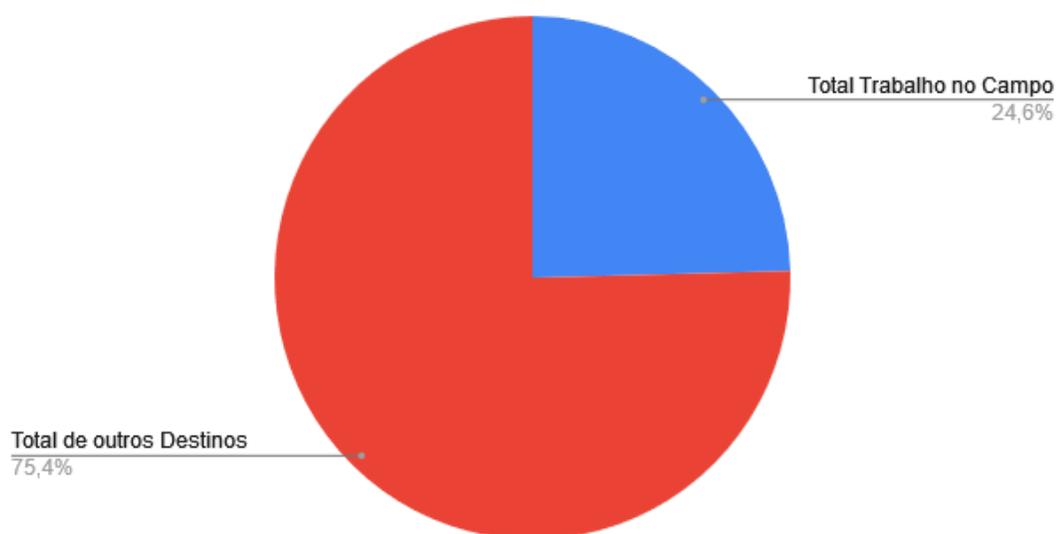


Fonte: Fichas de Atendimento do CREAS - 2017 e 2018

Ainda dentro dos dados trazidos a partir dos formulários, significativa parcela tinha como destino o trabalho em colheitas sazonais, mais especificamente na colheita de maçã e fumo (e mais recentemente para a colheita de cebola em Aurora), representando cerca de 24,6% dentre os que buscavam por trabalho.

GRÁFICO 3 - Destino declarado pelos sujeitos em situação de rua no município de Canoinhas - 2017 e 2018

Destinos de transeuntes

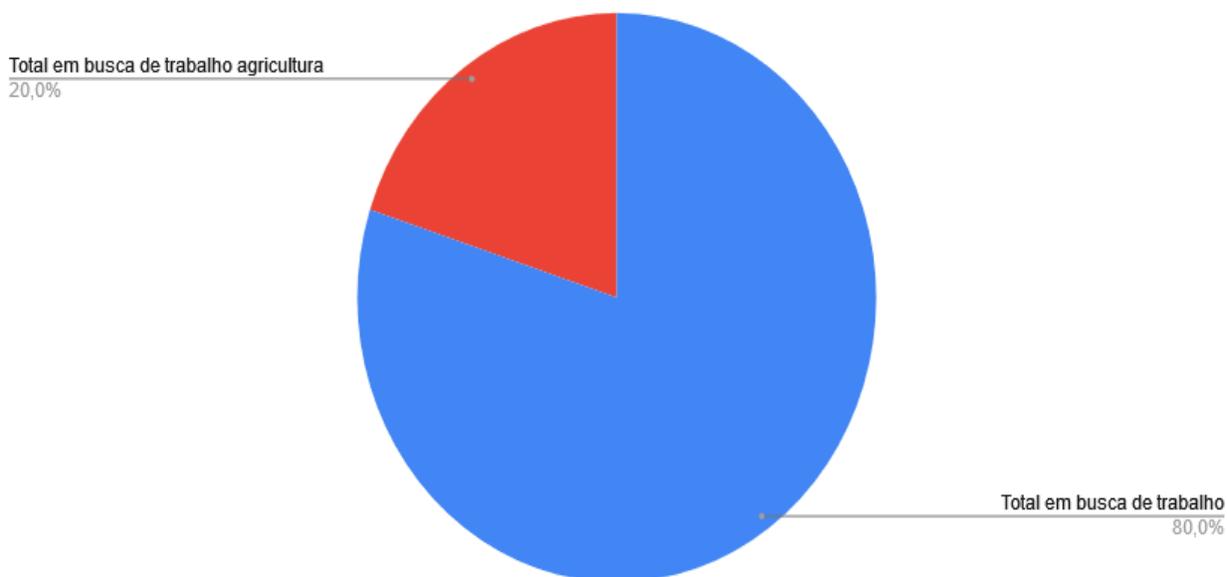


Fonte: Fichas de Atendimento do CREAS - 2017 e 2018

Também foram comparados dados entre o número de transeuntes quais declararam seu destino (o único gênero a se declarar estar indo trabalhar no campo foi de homens) aqui significando 20% do total destinados a trabalhar nas colheitas, quando relacionados a outros destinos a cidades de grande porte, com 100 mil habitantes.

GRÁFICO 4 - Declaração de destino de trabalho em situação de rua no município de Canoinhas x destino de trabalho - 2017 e 2018

Comparação pessoas em busca de trabalho e trabalho na agricultura

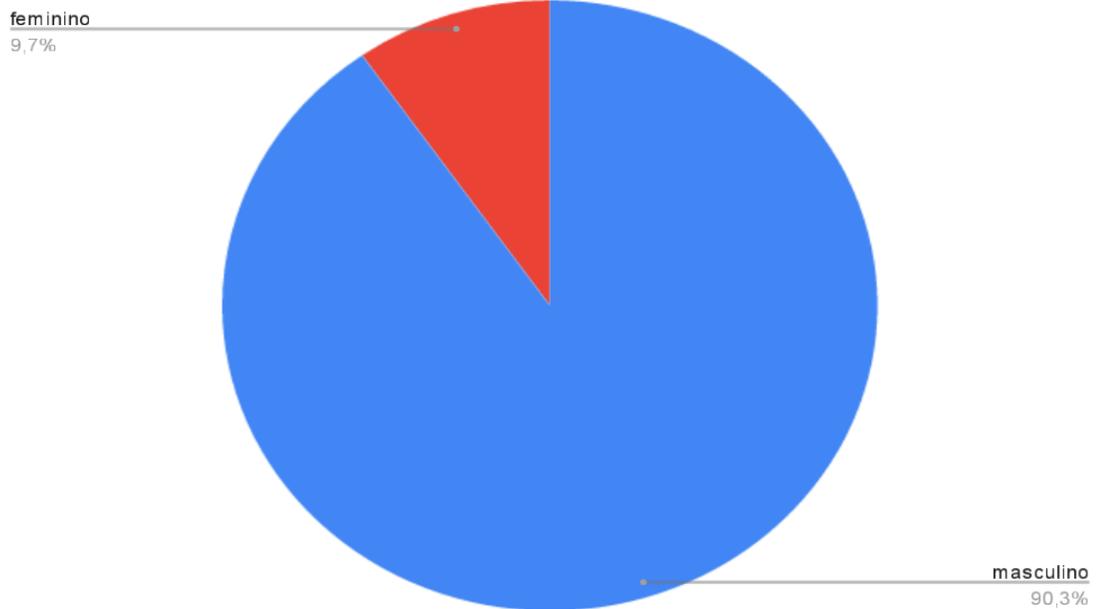


Fonte: Fichas de Atendimento do CREAS - 2017 e 2018

Quanto aos gêneros, conforme a literatura, a vasta maioria foi de homens, aqui representado ainda em maior quantidade.

GRÁFICO 5 - Sujeitos em situação de rua atendidos no município de Canoinhas, por gênero - 2017 e 2018

Total de passagens por gênero



Fonte: Fichas de Atendimento do CREAS - 2017 e 2018

Como destacado no relatório do primeiro Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua (2005), a caracterização da população em situação de rua é composta por um “grupo populacional heterogêneo”, “composto por pessoas com diferentes realidades”. Dentre os registros, encontrados em Canoinhas, referentes a 2017, foram identificadas, ao menos 6 famílias indígenas, cerca de 48 pessoas com origem registradas em ficha como “tribo Bananeira” do Rio Grande do Sul, e de Manoel Ribas (registrado como de Minas Gerais, porém esse município é situado no Paraná). Ambas famílias estavam acampadas nos arredores da rodoviária, e segundo registros o atendimento do CREAS passou por judicialização, via Ministério Público, após reclamações oriundas do dono terreno que estava sendo usado pelos mesmos como moradia em barracas, e da rodoviária que alegava que os mesmos

utilizavam os banheiros públicos da mesma para a sua higiene. Ao fim, os mesmos foram destinados a outro município via fornecimento de passagem pelo CREAS, e até uma parte do grupo retornou no ano seguinte ao mesmo local, porém ficando ali por um período curto de tempo.

Neste mesmo ano de 2018, indígenas (declarados), totalizando 12 pessoas, passaram pelos atendimentos do CREAS, sendo uma família monoparental feminina, e um homem que retornava à região de Mafra, onde seria a sua aldeia. Lembro que nestes períodos, noticiou-se que as famílias estavam sendo acolhidas, e algumas até passaram um período curto na casa de passagem Nova Canaã. Apresentaram uma condição de situações de famílias inteiras em situação de rua. Mas, na maior parte das ocasiões em que os indígenas recebem a oferta de acolhimento provisório na Casa de Passagem, os mesmos não aceitam, e destas poucas vezes que o fizeram fora em função de estar chovendo ininterruptamente por dias, o que inviabilizou a sua subsistência em definitivo.

Em condição parecida foram atendidas pelo CREAS diversas famílias registradas em suas fichas de acolhimento como 'ciganos', totalizando 14 pessoas, originárias de Caatinga. Entre as mesmas, diversas crianças em idade escolar, tal qual como no caso dos indígenas.

Nos dados levantados foi possível verificar ainda que grande parte dos casos de atendimento não são de pessoas sozinhas, mas sim de famílias inteiras em situação de rua, e infelizmente nem sempre o espaço da Casa de Passagem possui condições de recebê-los e abriga-los num único espaço. Muitas vezes havia apenas uma ficha, mas com o perfil de várias pessoas que chegaram e foram atendidas em conjunto pela assistência social.

Em relação às origens de sujeitos transeuntes, nota-se que é pulverizada: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, países latinos (como Argentina, Venezuela, Haiti) e países africanos. A maioria vinha de cidades de maior porte, num movimento de interiorização, para passar até outras cidades maiores que

Canoinhas ou como destacado, prosseguir até a cidade mais próxima (malabaristas e trabalhadores independentes, vendedores), ou para as colheitas sazonais.

3.3. O ATENDIMENTO EM CANOINHAS - INSTITUIÇÕES

Tanto o CREAS quanto a Casa de Passagem Nova Canaã, são os serviços que atendem prioritariamente os sujeitos em situação de rua ou migrantes em Canoinhas. Esse atendimento acontece, necessariamente primeiro no CREAS, qual faz a triagem e avaliação de caráter técnico, para depois poderem ser encaminhados para o acolhimento na Casa de Passagem. Quando o CREAS não está em horário de funcionamento (comercial), uma equipe de plantão realiza a avaliação, e em último caso, na falta do atendimento do CREAS, é realizado o atendimento e acolhimento na casa de Passagem, com posterior encaminhamento para que seja feita uma avaliação para a concessão de outros direitos, como prolongamento da estadia (normalmente não superior a 72 horas) ou passagem para outro destino, quando concedido. O período de acolhimento para quem precisa de pernoite ou um período maior pode variar desde algumas horas até três meses.

Atualmente, as dependências da Casa de Passagem são alugadas, qual já teve uma sede própria, mas foi cedida à Secretaria de Educação, e atualmente é uma Escola de ensino infantil, o que causou um temor entre a equipe da Casa de Passagem (que poderia ser um passo para o seu fim).

A Casa de Passagem Nova Canaã é um serviço oferecido pelo município de Canoinhas, composta por uma equipe de cinco educadores sociais em trabalho de escala de 24/72 horas, duas serventes e um coordenador(a) (horário comercial), possuindo um quarto coletivo para ala masculina com oito camas (cinco vagas), um quarto (suíte) destinado a pessoas de gênero feminino, com cinco camas (quatro vagas), e dois quartos reservas onde podem se abrigar mais quatro pessoas (geralmente destinados à pessoas que estão em Canoinhas para acompanhar os parentes no hospital, ou situações de violência). Também conta com um espaço comum de recepção e coordenação, lavanderia, almoxarifado, cozinha e dois

espaços para refeições (uma é uma varanda com grande área disponível, utilizada também como sala de TV), três banheiros, um pátio com cobertura verde, árvores e um pequeno quintal. A estrutura atual, foi adequada conforme a necessidade, onde homens e mulheres dormem separadamente, podendo ter livre trânsito nas áreas designadas de convívio comum, entre elas o enorme pátio e refeitório/sala de TV, um espaço que apesar de vasto, não atende á todas as diversas situações de especificidades, pelo variado público, sendo basicamente quatro:

- Sujeitos em situação de rua;
- Pessoas em vulnerabilidade por violência ou ameaça;
- Acompanhantes da UTI do hospital, que não tem condições de permanecer com recursos próprios;
- Moradores que são responsabilidade do município (com transtornos mentais e pacientes do CAPS).

Normalmente os sujeitos em situação de rua acolhidos são originários de outras cidades, encaminhados para Canoinhas. O município de Canoinhas, por sua vez, encaminha ao fim do prazo definido pelo CREAS (em último caso pela casa de passagem Nova Canaã) os sujeitos ou migrantes em trânsito que até ali chegam, fornecendo passagem para a cidade mais próxima, geralmente Mafra ou Porto União, estando em tempo de maior permanência, até considerados como moradia, os pacientes CAPS com transtornos mentais, que foram uma vez assumidos pelo município, por tempo indeterminado. Os migrantes podem chegar de variadas formas: de carona, a pé ou de bicicleta, e até mesmo de moto, para poderem descansar e prosseguir viagem.

No local também se encontram moradores que ali estão há quase duas décadas, portadores de transtornos mentais, tratados com medicação fornecida pelo CAPS, que é oferecida pelos educadores, em um desvio de função social da mesma. Alguns deles se negam a tomar os medicamentos, ou mesmo os usando, acabam por ter crises e surtos psicóticos por vezes inevitáveis. Por contar com uma ala feminina e outra masculina, na ala feminina mesmo, a moradora com transtornos mentais que é completamente inimputável, por anos nem mesmo sequer aceitava

qualquer outra mulher no mesmo ambiente, passando a agir com agressividade, proferindo todo tipo de xingamento e comportamento intimidadores, com uma evidente perspectiva territorialista e exigindo por agressivas demonstrações uma atenção exclusiva, impedindo que outras mulheres permanecessem no mesmo recinto.

Recentemente, outro homem, com um diagnóstico de transtorno mental severo, começou a agir de modo parecido. Como não possui histórico de agressividade verbal recorrente contra outros acolhidos, têm utilizado de acusações e tentativa de regar por conta própria o espaço destinado aos homens (como horário de TV e canais a assistir e camas a serem usadas), acusações de furtos, para promover a expulsão de pessoas em situação de rua que não tenha considerado no momento que adentram o recinto, além de estar ameaçando de morte à equipe que trabalha na casa de passagem Nova Canaã. Tal situação resultou em constantes momentos de tensão e desentendimentos e também levou toda a equipe a se reunir e protocolar junto à secretaria de assistência social e ao gabinete do prefeito, uma solicitação diante desta situação (solicitação em anexo).

Segundo um relato de uma assistente social, em pesquisa aberta, registrada em gravação com autorização da mesma, a cidade de Canoinhas atualmente não possui pessoas em situação de rua, 'a não ser por opção', quais nem aceitam sequer serem abordados, e estas não se tratam de situações "ser de rua", visto que "estar de rua" é diferente de "ser de rua", como de usuários de drogas, os quais têm família e até recentemente tinham moradia, porém os familiares não os aceitam mais, devido aos problemas da consequência do uso de drogas e vendas de bens para a aquisição das mesmas. Em 2016 aproximadamente, um ex-acolhido e ex-morador da Casa de Passagem, que possuía emprego informal com um valor considerável, foi atendido pela política habitacional, que naquela época ofereceu cerca de 360 casas no conjunto habitacional Aparecida, justo em frente a antiga casa de Passagem Nova Canaã. As casas tinham uma função social, as quais necessitavam apenas de um pagamento de menos de R\$100, valor menor que qualquer quarto de pensão na cidade, mesmo assim acabou a vendendo, e conseqüentemente perdeu

seu direito devido ao uso de álcool, apesar de receber todo o atendimento, acompanhamento da assistência social e CAPS, por diversos internamentos para desintoxicação.

Outro acolhido da casa de passagem não aceitou entrar no programa. Em cerca de menos de 2 anos, tudo o que adquiriu, sejam móveis, moto, outros bens, doações recebidas, e até a própria casa (que não estava quitada), vendeu por valores insignificantes, diante de mais uma crise em função do vício em álcool. Ao menos três vezes, que me recorro, a mesma situação se repetiu, mesmo passando por inúmeros internamentos e tratamentos para o vício. A mesma assistente social, me relatou que não possuem uma qualificação técnica para a abordagem em situações de dependência química, para poder tentar conscientizá-los dos malefícios do uso de drogas, numa eventual tentativa de reabilitá-los, e seria necessário um apoio da área da saúde neste trabalho. Outras situações, onde não envolve acometidos pela doença de vício em drogas, os trabalhos da assistência são realizados com uma determinada eficiência.

Em outra entrevista aberta, com outra assistente social do CREAS, ainda sobre os atendimentos de pessoas em situação de rua, ela também julga que muitos tem algum animal de estimação, e ao não querer se separar dos mesmos, não aceitam acolhimento na Casa de Passagem Nova Canaã, por ter de deixar os seus companheiros de “trecho” durante a estadia.

Durante o período de construção deste trabalho, em questionários abertos, entrevistei 4 transeuntes que passavam pela casa de passagem, sendo um por duas vezes, que neste período passou em duas ocasiões pelo local. O primeiro se chama Willian, o qual falou estar ao menos 5 anos em situação de rua, com destino à colheita de maçã no sul de Santa Catarina, em São Joaquim. Pude entrevistá-lo em diferentes momentos que ele passou pela casa. Na segunda e terceira ocasiões pude gravar as falas, com sua autorização..

Willian passou a viver na rua, vindo de São Paulo, após a separação com sua ex-esposa, com a qual tem uma filha. Na segunda e última vez que passou pela

casa, me disse que não se vê mais como alguém levando uma vida normal. Demonstrou estar indignado, por não conseguir se vacinar contra COVID-19, já que alegam que não há como comprovar residência. Na ocasião, na minha função de educador social e agora militante em favor dos direitos dos moradores de rua, informei que as Casas de Passagem, conforme legislação (BRASIL, 2014), tem o dever de fornecer um comprovante de residência. Também relatou que desde o início da pandemia as Casas de Passagem estão sendo fechadas, e as passagens que antes eram cedidas passaram a ser restringidas as cidades “mais próximas, o que não era comum”, pela falta de recursos.

Da primeira vez em que realizei a conversa com o Willian ele apenas elogiou o trabalho da assistência social em Santa Catarina. Porém, da segunda vez, ele evidenciou algumas críticas. Segundo ele, quando recorre para pedir passagem ou passar um período em casas de passagem e acaba por questionar sobre seus direitos, acaba por correr risco de ser ainda mais excluído. Ele apontou que ao se demonstrar descontente com algo, pode ter a sua passagem negada. Ele observou, desta forma, que mesmo em um ambiente que deveria ser o último lugar onde os sujeitos em vulnerabilidade social esperam serem subjugados, mal-tratados ou sofrer outro processo excludente, isso pode acontecer. Muitas vezes são vistos como alguém que “deixará a cidade atual” para ser um “problema de outra cidade”, encontrando pouco auxílio para sair da condição de vulnerabilidade social.

William também me falou que, diferente de Canoinhas, as outras Casas de Passagens não tem como público outras pessoas com transtornos mentais, mas tal como evidenciado dentro da solicitação que a equipe de educadores sociais enviou à secretaria de assistência social, existem nestas casas moradores que tem atitudes territorialistas, usando de ameaças ou para ‘expulsar’ quem está de fora.

Na mesma semana, dois transeuntes passaram rapidamente pela Casa de Passagem, os entrevistei e descobri que estavam indo para Aurora (SC) para a colheita de cebola, e depois de lá iriam também para a colheita da maçã em Lages ou no norte do Rio Grande do Sul. Ao Willian, perguntei do Smartphone que usava, qual alegou que já o usou muitas vezes para conseguir trabalho, mas poderia ser

50

provisório, uma vez que poderia ter que vender a qualquer momento, se não encontrasse onde ficar, para poder ficar em qualquer hotel baratinho. Aos dois transeuntes que seguiam para Aurora, peguei um de seus contatos, para saber das suas origens, e até recebi mensagem de um deles depois, porém ao responder dias depois, não recebeu a minha mensagem, e desconfio que podem ter vendido o celular, tal como o William afirmou que aconteceria, para poder seguir adiante.

Apesar de estar na rua e tendo que se virar, ficar nas rodoviárias, ou locais mais afastados do centro, 'onde rola droga', ou logo aparece um 'guardinha' para atropelar, ou não conseguir passagem nem onde ficar e ter que 'caminhar na BR' para poder seguir viagem, Willian ainda envia uma 'pensão' para sua filha, pois a sua ex-esposa 'não a fez sozinha', como doutra vez, enviou uma parcela do auxílio emergencial que teve acesso.

Ainda ao falar dos direitos das pessoas em situação de rua, como o de obter um comprovante de residência, ou mesmo de uso de um computador com acesso à internet, o interlocutor relatou sentir falta de 'pessoas se organizarem para poder cobrar os seus direitos como moradores de rua'.

Quando questionei Willian se ele não gostaria de sair da situação de rua, o mesmo conta que depende de muita coisa, como alugar uma casa, e isso pode significar não conseguir pagar a partir de algum momento, então ele prefere 'ficar na rua', do que acabar por 'sair devendo', assim 'não se vê mais levando uma vida normal'.

Inspirado na tese apresentada por ALMEIDA (2018), em que relata o processo do movimento nacional de moradores de rua e suas reuniões e fóruns, que ao longo de um ano lutava por melhores condições para casas de passagem, relatei a Willian sua existência e como é seu funcionamento. Porém, como nas mais diversas categorias de trabalhadores, onde é difícil organizar movimentos sociais, para lutar por direitos, com pessoas em situação de rua que transitam cotidianamente, torna-se ainda pior. Willian é um entre muitos, que todos os anos passam por Canoinhas, às vezes até por muitas ocasiões dentro de um ano, qual não se vê mais levando uma

‘vida normal’, prefere estar na rua do que ‘ficar devendo’. Tal como Wilian, a população transeunte que passa por Canoinhas sempre acaba retornando, e essa deve aumentar, já que segundo ele, as casas estão fechando, e as poucas que existem, estão cheias.

Isso, caracteriza um movimento que também indica a precarização da assistência social já precarizada, e que acabará resultando em desobrigação do estado quanto a estrutura, para prover minimamente as necessidades humanas pós trabalho.

ALMEIDA (2018) ao trazer os relatos, as reflexões e as histórias de vida de militantes do Movimento Nacional de Moradores de Rua, explicita que estes se vêem

como pessoas educadas e formadas pelos inúmeros processos dramáticos de rualização, mas ao mesmo tempo, viram-se educados na rebeldia quanto aos seus direitos, pois para isso precisaram serem rebeldes, indignar-se diante das suas situações, e mesmo os tendo constitucionalmente, não podem acessá-los na prática, ou por simplesmente não existirem (direito à moradia) ou serem precarizados e em quantidade insuficiente, como o acesso á centros Pop (locais específicos para atendimento de população de rua, geralmente alocados em cidades maiores, que oferecem refeições e banhos, mas não pernoite) aos benefícios oferecidos neles, e este aprendizado passa a ‘converter se em motor da luta política’ (ALMEIDA 2018 p. 109)

O que perfaz os caminhos entre a pulsão pela vida e a conquista dos elevados benefícios que historicamente viemos criando para aumentar sua qualidade, é a educação como mecanismo de passagem – da consciência ingênua à consciência crítica. Essa transição cria as condições para que o indivíduo, antes alheio às questões mais complexas que interessam a sua existência e de seu grupo, compreenda-se como parte de algo maior, o que o movimenta a tomar certas decisões e fazer escolhas sobre os rumos da própria vida e da história. Esses processos o deslocam da condição de sujeito alienado a ator político.[...] Que há um jeito específico de educar e se educar para resistir à tragédia reproduzida na existência de muitos que não têm quase nada, para que poucos tenham muito. É “a educação da rebeldia”, conjunção de processos que em articulação formam sujeitos que negam a negação ao conhecer suas consequências nefastas e as raízes que a mantém operante, para que, com isso, se lancem a sua confrontação, perfazendo os contornos da educação e da luta como práxis política (ALMEIDA 2018, p.295 - 296)

Em sua tese, ALMEIDA (2018) discorre sobre todo o processo educativo que a rua trouxe, para aqueles que agora se tornaram militantes, na busca de exercerem as melhorias em que vêm as como seus direitos, aprenderam a dominar a sua raiva, em função da revolta gerada pelas situações degradantes do dia a dia na rua, desde as inúmeras incertezas, dos inúmeros perigos e situações de violência, da

necessidade de defender suas malocas, romperem com as lógicas de acumulação, já que não há espaço pra isso, devido as suas dificuldades e necessidades a sanar de forma imediata.

Segundo ALMEIDA (2018):

a prática de luta política se constrói de baixo para cima por meio do processo de conscientização crítica dos sujeitos que sofrem na pele a opressão. No caso das práticas da e com a População de Rua, também estão incluídos atores que, mesmo sem trajetória de rua, solidarizam-se e se reconhecem nessa batalha. O segundo pressuposto nasce da Filosofia da Libertação que defende a política como campo de afirmação da vida, onde os atores agem estrategicamente em prol da melhoria das condições materiais então negadas pelo sistema hegemônico, capitalista. E o terceiro e último pressuposto, que diz respeito aos modos de fazer política dentro dos marcos teóricos anteriormente pautados, é o da Sistematização de Experiências, que preconiza que, quem participa mais frequentemente do Fórum ou de outro tipo de prática popular, deve olhar para as próprias vivências, passado certo tempo dos fatos ocorridos, a fim de criar um distanciamento para, com isso, poder analisá-las e interpretá-las coletiva e criticamente. (ALMEIDA 2018, p 265).

Diferentemente da educação formal, mas também nela, podem existir movimentos capazes de buscarem uma reflexão em torno da realidade, sua complexidade e nuances. Práticas pedagógicas inclusivas, críticas, reflexivas e consonantes com um estabelecimento de participação social, democrática, igualitária, idealizadora, representativa e especialmente que fomentam a transformação e uma mesmo que utópica superação da questão social, tais como a educação do campo, pretendem, desde ressignificar a vida e permanência no campo, que embora em menor quantidade, amenizar não só à vasta evasão provável causadora da baixa escolaridade entre os sujeitos em situação de rua, quanto torná-los sujeitos capazes de agirem criticamente e politicamente serem ainda mais sujeitos da própria história, a fim de tal como os sujeitos do fórum de moradores de rua apresentados por ALMEIDA(2018), encontrem um agir político, em busca de uma sociedade de justiça social.

3.4. O TRABALHO DE QUEM ATUA NA CASA DE PASSAGEM

O trabalho como educador social, conforme edital de convocação para o concurso público, pelo qual fui aprovado, conforme edital 01/2013 era:

Prestar cuidados básicos com alimentação, higiene, proteção e demais atividades de vidas diárias; Organizar ambiente, espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada usuário; Auxiliar ao usuário para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção de identidade; Acompanhar nos serviços de saúde, educação e outros serviços requeridos no cotidiano; Receber e apoiar na preparação da inclusão ou desligamento de usuários aos serviços; Contribuir para que os direitos do usuário sejam assegurados; Participar das reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho junto à gestão; Participar nas atividades de capacitação; Organizar e registrar as informações sobre o usuário; Desenvolver atividades de lazer viabilizando o acesso dos usuários as atividades esportivas, culturais e artísticas (CANOINHAS, 2013).

Portanto, trata-se de fomentar, promover e auxiliar nas atividades e necessidades dos acolhidos. Exemplarmente para um acolhido com deficiência motora severa, deficiência de fala e com transtornos mentais, o trabalho consistiu em dar banho, trocar fralda, fazer barba, alimentar, etc. Para outros, ensinei a ler e escrever, providenciei roupas, entre outras ações. Mas o que ainda mais prevalece como atividade diária é receber e encaminhar os acolhidos, além de medicar com as drogas prescritas geralmente pelo CAPS.

Cabe considerar que são muitas e bem variadas as necessidades dos acolhidos: fazer a sua ficha de acolhimento, com os dados e documentos que o mesmo cede, perguntando de alguns possíveis vínculos, questionar se teria telefone ou algum contato, depois encaminhar para as dependências internas, explicando onde a entrada é vedada ou controlada, explicando onde fica a área comum, banheiro e quarto da ala masculina e feminina, além da distribuição de kit de higiene para uso no período de estadia. Também preparar a cama a ser usada pelo novo acolhido e estar atento a posteriores necessidades que possam surgir, como higiene das suas roupas antes da saída, ou prover alguma roupa necessária (estas, quase sempre escassas).

Quando questionado sobre outros possíveis benefícios, como as passagens, é feito o encaminhamento ao CREAS municipal, que tem a devida atribuição. O maior desafio, como educador social é administrar todas as situações e problemas decorrentes da presença de tantos públicos diferenciados, resultando em momentos caóticos, num mesmo ambiente, com necessidades diferentes e muitas vezes necessidades que não temos como sanar, diante das limitações da própria assistência social e da casa de passagem, principalmente a falta de roupas para doar, e até mesmo de tentar ouvir a história de vida dos sujeitos que por ali passam.

Por estar funcionando em horário integral, a casa de passagem recebe a todos que até ali chegarem, a qualquer hora do dia, ou noite. Após verificado se as condições mínimas como documentos pessoais ou um Boletim de Ocorrência atualizado (em determinados períodos até abriu-se exceções para que pessoas sem quaisquer documentos fossem aceitas, mas a mais recente orientação da secretaria de Assistência Social (Canoinhas - SC), deixa claro que a responsabilização dos profissionais que o fizeram recairá sobre os mesmos, se for feito) e excepcionalmente no momento atual de pandemia um teste de negativo de COVID-19, realizado a poucos metros da Casa pela equipe da Central COVID-19, criada especialmente para o controle da pandemia.

Também verificamos outras normativas a fim de garantir a integridade física dos moradores, equipe de trabalhadores e outros acolhidos, tais como: Não portar ou estar fazendo uso de drogas entorpecentes e não portar arma.

Imediatamente após o acolhimento, são apresentadas as dependências da casa, junto com uma refeição e banho. No período noturno uma cama para o descanso e pernoite. Em períodos anteriores à pandemia havia um fluxo de aproximadamente 20 ou mais pessoas no período de um mês, o qual está ligeiramente maior.

Durante o período noturno e finais de semana há maior frequência de acolhidos chegando, e também são os momentos em que eu me sentia mais tenso nos primeiros anos de profissão, por estar sozinho recebendo pessoas

desconhecidas durante altas horas da noite, portando mochilas com conteúdo desconhecido. Apesar de superado o receio do desconhecido, ainda hoje pleiteamos pelo adicional de periculosidade, nem tanto pelos sujeitos em situação de rua, mas pelos diversos momentos de agressão e ameaças proferidos pelos moradores com transtornos mentais, além de providências quanto à alimentação de todos no final de semana que quase sempre é preparada pelo educador de plantão, que assim, além de estar fazendo um trabalho fora da sua função, impede que possa acompanhar nas câmeras de segurança os acontecimentos nos cômodos e poder intervir em situações críticas ou mesmo realizar o atendimento de novos acolhidos durante fins de semana e feriados.

Diante das ameaças e sucessivas tentativas de agressão física e violência moral, a equipe de trabalhadores da casa tentou, por meio de solicitação formal de pedido de medidas a serem tomadas, restabelecer tanto a função social da Casa de Passagem, como melhoria de condições de trabalho, para poder correr menos risco de sofrer algum tipo de violência danosa à ponto de ser irreparável. Isso porque a Casa de Passagem Nova Canaã acaba recebendo outros públicos que não poderia ou não deveria receber (ou permanecerem além do estipulado, que é de três meses) de acordo com a lei municipal e conforme a Tipificação (BRASIL, 2014).

Concordo com colegas que as situações de desvio são praticamente permanentes, uma vez que Casa de Passagem é uma das únicas instituições que pode receber adultos em idade de 18 a 60 anos no município em caráter provisório, o que acaba sobrecarregando a Casa. No caso dos pacientes com diferentes tipos de transtorno, faz-se necessário encaminhamento para tratamentos adequados para pacientes com transtorno mental, o que muitas vezes é negligenciado diante da imperícia da equipe e desqualificação técnica. A presença desses casos e consequentes crises e surtos gera dificuldade de convivência. Conforme relata uma colega da própria assistência social, a situação da Casa acaba por negligenciar os direitos de outros sujeitos que necessitam de acolhimento na mesma.

A solicitação supracitada resultou em rápidos desdobramentos, sendo que no prazo de uma semana, foi realizada uma reunião envolvendo a equipe da Casa de

Passagem Nova Canaã e a secretaria de Assistência social, Zeneci Dreher Herbst. Na mesma, a equipe apresentou uma parte dos boletins de ocorrência, datados de diversos períodos, que traziam exemplos de ameaças de morte e agressões consumadas contra quase todos. Diante disso seria importante que fosse criada uma unidade de serviço residencial terapêutico (SRT) no município, para aportar de forma qualificada os pacientes CAPS com transtornos mentais, e possa enfim, tornar a casa de passagem Nova Canaã com melhores condições, apropriadas para o recebimento dos transeuntes na mesma.

A solicitação realizada já resultou em algumas mudanças na Casa de Passagem, por exemplo o fato de o CAPS ter voltado a receber os pacientes que moram na casa.

Imagem 1 - Moradores da Casa de Passagem Nova Canaã no retorno de suas atividades no CAPS - Canoinhas, 2021



Fonte: CAPS - Canoinhas, 2020

Até mesmo porque a própria Casa de Passagem Nova Canaã, segundo a vigilância sanitária de Canoinhas no momento, não tem situação adequada de funcionamento, conforme laudo proferido recentemente, nem mesmo como casa de passagem, necessitando de adequação conforme (Anexo imagens 4,5 e 6).

Dentre os outros problemas, ainda há uma falta permanente de roupas e de outros itens necessários, sendo que roupas geralmente há, em sua maioria femininas, uma vez que todas as masculinas são doadas, devido ao grande fluxo dessa população tanto na população em geral, como na que transitou por Canoinhas.

O trabalho social foi sempre desafiador. Há uma desconstrução cotidiana, contudo, mesmo que não queiramos, alguns traços da sociedade preconceituosa acabam por se reproduzir, o que pode ser prejudicial em um ambiente em que aqueles que chegam, já são vitimados pelas ideias equivocadas quanto às origens, às necessidades e perspectivas dos sujeitos. Assim, é um erro primário (que ainda acontece mesmo dentro da Assistência Social) acreditar que todo sujeito em situação de rua seja 'um vagabundo', 'um vadio'; ou ainda achar que esses sujeitos não precisam acessar todo e qualquer direito que possuem, normalizando a negligência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste desafiador Trabalho de Conclusão de Curso, busquei de forma inédita, aproximar e debater a proposta de assistência social com a educação crítica e emancipatória, já que a Educação do Campo é uma construção histórica, das lutas de movimentos sociais pelos direitos fundamentais como o direito ao trabalho como parte da essência humana e pelo direito à garantia da função social das terras improdutivas. Esse processo só foi possível a partir da ação de sujeitos conscientes da sua condição, e como sujeitos capazes de transformar a sua

realidade, edificaram as políticas em educação do campo, libertadoras, críticas e transformadoras, que acabaram também por agir num ambiente de formação dos sujeitos, onde os germens de uma visão crítica das relações imbricadas do materialismo histórico dialético podem servir para a transformação social através da transformação de sujeitos e questionamento da própria realidade.

O mesmo 'trabalho' humanizado na sua essência, mas desumanizado nas relações dentro do capitalismo é objeto também da 'paliatividade' da assistência social na sua função social de socorro, que visa minimamente suprir as necessidades imediatas humanas, estando submetida aos limites institucionais do estado que fomenta a reprodução da pobreza, seja pela sua amenização ou rotatividade de sujeitos para outros locais, para cidades onde acabarão por encontrar colocação no mercado de trabalho ou exercendo um trabalho informal, às vezes dando aos mesmos novas perspectivas de trabalho em polos de atração, ou os deixando em um 'ciclo vicioso' de 'passagem, nova cidade, acolhimento', qual também pode ser parte da livre escolha dos sujeitos.

A assistência social é fundamental no processo de auxílio para sanar as necessidades imediatas dos sujeitos em situação de rua e tem sido ainda mais fundamental para os migrantes que seguem para as colheitas sazonais, indígenas, apesar de não poder resolver problemas complexos com soluções simples, seria muito pior sem a mesma, coisa que está acontecendo com o fechamento de casas de passagem relatadas. Mesmo em suas visões mais 'críticas', com combate ao 'assistencialismo', e as suas melhores proposições ou intenções, o seu carácter fulcral é um impeditivo para principalmente 'tentar resgatar os sujeitos das situações degradantes de vulnerabilidade', mas indiretamente, como efeito colateral, exerce também a reprodução da pobreza, tal como o sistema capitalista no qual foi criada, qual, além da reprodução da degradação e alienação humana, não é capaz de sanar a mácula do abismo social.

Dentro dessa 'encruzilhada moral', saber que é parte de outro engrenagem da égide do capitalismo é ao mesmo tempo perturbador, como é também um 'bem necessário', e dentro deste processo de 'paliativização institucionalizada', cabe à

todo ser consciente, manter-se firme nos propósitos, em que a educação transformadora possa ser suficientemente efetiva a ponto de um dia a assistência social deixe de existir, não pelos cortes desumano de recursos, mas sim que os sujeitos de direito, coletivamente organizados, inalienáveis, e sujeitos da própria história.

Enquanto isso, em qualquer situação, mas em especial dentro do trabalho como educador social, deve - se combater todo tipo de preconceito e discriminação, não perpetuar atitudes higienistas por omissão, compreender as histórias de vida dos sujeitos e se possível, fazer mais do que já se faz pela dignidade de todos que serão acolhidos.

Todo o ambiente conturbado com diversos tipos de desvios e problemas não solucionados com o decorrer dos anos trazem certo desânimo quanto a serventia da Casa de Passagem, que está aquém da sua função. Nota-se que as pessoas em situação de rua não estão sendo devidamente assistidas, na medida em que acabam voltando para a rua sem um devido descanso ou oportunidade de tentar se restabelecer. Contudo, a elaboração deste trabalho de conclusão de curso trouxe outras perspectivas para a continuidade do meu trabalho. Alguns objetivos foram traçados:

À curto prazo:

- Organizar junto aos colegas as pautas para resolver as situações que desviam a função social da Casa de Passagem;
- Fortalecer e restabelecer a função social da Casa de Passagem Nova Canaã;
- Sugerir à coordenação da Casa de Passagem o oferecimento de um computador para que, quando preciso, moradores de rua possam usá-lo para contatar familiares, procurar trabalho, ou ainda para uso regular pessoal;

- Junto à coordenação, buscar recursos em outros locais, mais especificamente de roupas e outros itens necessários, que sempre são pedidos pelos acolhidos, mas se mantém em falta;
- Fixar e disponibilizar todos os documentos que dispõe dos direitos dos moradores de rua;
- Obter junto à biblioteca municipal ou escolas, alguns livros para o uso dos sujeitos durante a sua estadia, bem como organizar um projeto de leitura, com momentos diários de socialização.

À longo prazo:

- Promover uma busca em órgãos governamentais ou na sociedade privada, por convênios que viabilizem oportunidades de trabalho formal aos acolhidos.
- Lutar, a partir de organização coletiva, por um piso salarial para todos os educadores sociais e se possível para todos os cargos de exclusividade da assistência social, a fim de corrigir as distorções salariais que há em comparação com municípios do mesmo porte que Canoinhas em Santa Catarina, com atribuições similares.

Tais medidas são necessárias uma vez que, mesmo que seja uma ajuda paliativa, é um direito fundamental e que pode contribuir muito com as pessoas em situação de rua para que possamos suprir as necessidades imediatas dos transeuntes, para que possam obter condições salutaras, mesmo com as vulnerabilidades que apresentam.

Quando iniciei meu trabalho como educador social, não sabia realmente o que iria fazer, ou como seria. Após anos de experiência na área, e ao estar próximo do final do ciclo de aprendizado, creio que ao menos em parte, encontrei as respostas sobre os questionamentos do abismo social que separa a classe trabalhadora da

burguesia, além da compreensão da função do trabalho na existência humana, perpassando pela perplexidade diante da vulnerabilização extrema oriunda da desigualdade social, essa última sendo o eixo de toda essa problemática.

Dentro de toda complexidade das relações sociais e da questão social em si, alguns fenômenos puderam ser observados. Fortunato (2020) afirma que dentre as necessidades imediatas à sobrevivência e reprodução humana, estão comer, vestir-se, dormir e abrigar-se. Em parte do país, muitas dessas necessidades imediatas são atendidas pela assistência social ou mesmo assistencialismo. A pesquisa também revelou que, somada a estas questões, encontra-se a necessidade do trabalho, que é uma atividade essencialmente humana.

Dentre os relatos e comportamentos de pessoas em situação de rua pode se levantar a hipótese (a ser estudada em algum momento) que muitos romperam de fato com o ideário capitalista de acumulação desenfreada e selvagem do capitalismo, ao mesmo tempo em que podem ser considerados em um movimento de nomadismo contemporâneo, onde até mesmo os grupos de transeuntes se autodenominam “trecheiros”, ao circular “no trecho” entre inúmeras cidades sempre à espreita de encontrar um local para suprir as necessidades imediatas pós-trabalho, oferecidos ou não pela assistência social. Também ressalto que pode se levantar a hipótese de que haja um rompimento com o ideário de trabalho capitalista de forma inconsciente, onde a exploração é preconizada, já que muitos não se sujeitam ao ordenamento ou mesmo à submissão ao mercado, isso nos leva à conclusão de que possuem uma aversão a forma em que as relações do mercado de trabalho estão dadas, e não se deixam seduzir pelo mercado de trabalho exploratório e "romantizado".

Todo o processo de aprendizado na educação do campo serviram para receber um título de licenciado, de educador social, mas acima de tudo isso, tornar-me um novo sujeito, a fim de lutar para contribuir para a transformação da realidade injusta que se apresenta.

Este estudo proporcionou ao menos duas repercussões imediatas: 1) ao revisar a literatura, e pesquisar para conhecer a realidade dos sujeitos em situação

de rua, pude ter uma maior compreensão sobre os mesmos, colocando-me na condição das pessoas vulnerabilizadas socialmente. Assim, como sujeito politizado, e no exercício de minha cidadania, também como Educador Social, posso agir com mais instrumentalização em defesa dos direitos dos povos da rua; 2) Qualificar minha atuação para auxiliar no processo de regularização das condições da casa de passagem Nova Canaã, para que a Casa possa acolher as pessoas em situação de rua de forma humanizada. Nota-se a importância de garantir na Casa, mesmo que por um período curto, todos os seus direitos fundamentais

Seja na escola como possível futuro professor, seja como educador social, seja como agricultor, todo espaço deve ser aproveitado para fomentar a luta por direitos e aquisição de outros negados historicamente, como uma educação apropriada à sua realidade e desvinculada do cunho moralizador, subalterno, alienante e em que em certas ocasiões também pode acabar por reproduzir e até aprofundar a vulnerabilização social.

Ficou claro também, que conforme dados obtidos, a maioria dos sujeitos em situação de rua em trânsito por Canoinhas, são em vasta maioria de trabalhadores em busca de trabalho, ou trabalhando, de baixa escolaridade e ainda são em parte relevante de trabalhadores do campo, dirigindo-se para colheitas sazonais, ou ainda de famílias indígenas, que apesar de não saber se o motivo, encontram-se em vulnerabilidade social extremada, sendo mais uma face da já multifacetada população que historicamente ocupa o espaço das ruas. Apesar de sanar as necessidades imediatas, as políticas de assistência social têm desafios para que seja capaz de oferecer de forma digna os direitos existentes às populações vulnerabilizadas. Ainda há estigmas e preconceito mesmo dentro das instituições que deveriam ser acolhedoras. As políticas são paliativas, mas extremamente necessárias, porém precisam ser superadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA. Rio de Janeiro, 2000. 30 p.

ALBIERO, Cleci Elisa; HACK, Neiva Silvana; AUGUSTO, Bruna; AVANZO, Lilian. **O processo de trabalho do Serviço Social em instituições de acolhimento para pessoas em situação de rua**, UNINTER, 2018. 11 p.

ALMEIDA, Sara Ferreira de. **ANDARILHOS DA ESPERANÇA: estudo sobre a luta impulsionada na experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP entre 2016 e 2017**. UFSCAR, 2018. 376 p.

ARRUDA, Andressa Meneghel. OLIVEIRA, Carlos Heber, PINHO DE ALMEIDA, Luciane. **A história de vida de pessoas em situação de rua na cidade de Campo Grande/MS - Brasil**. DIRE n°6 | 2015 : Conflits en territoires hispanophones, lusophones et francophones Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/dire> ACESSO EM 29/05/2021.

BAPTISTA, Geilsa Costa Santos. **Importância da demarcação de saberes no ensino de Ciências para sociedades tradicionais**. (S/D)

BRASIL. LDB. 1996.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. SUB-CHEFIA DE ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS**. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm Acesso em 04 de março de 2019.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126 p.

BRASIL. **LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**, 1993.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Reimpressão 2014**, 2014. 64 P.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975

CALDART, Roseli Salete. **A ESCOLA DO CAMPO EM MOVIMENTO**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CAVALCANTE. Ludmila Oliveira Holanda. **Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 549-564, jul./set. 2010

CANOINHAS. **CAPS** (2021)

CANOINHAS. **Fichas de atendimento do CREAS - 2017 e 2018**. ACESSO EM 2021

CANOINHAS. **DECRETO nº 275/2017, LEI Nº 6.087 de 08/09/2017**.

CANOINHAS. **Edital de Convocação 01 de 2013**. 2013

CANOINHAS. **SOLICITAÇÃO Nº1** (2021)

CANOINHAS. **VIGILÂNCIA SANITÁRIA** (2021)

DAMASIO, Aline Medeiro. **O PROJETO SOCIAL COMO RESPOSTA À QUESTÃO SOCIAL**, IV simpósio de Mineiro de Assistentes Sociais, 2016. 14 p.

ENGELS. Friederich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**, 1ª Edição: Neue Zeit, 1896.

FIALHO, Juliana. **Assistência social x Assistencialismo**, 2017. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/assistencia-social-x-assistencialismo/> ACESSO EM 25/09/2021

FIORENTINI, Dario. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil**. Zetetiké. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas da Unicamp, Campinas, v.3, nº4, p.1-37, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646877/15035> ACESSO EM 25/09/2021.

FORTUNATO, Maicon José. **Trabalho e a gênese do ser social: uma análise a partir da ontologia de Lukács**. KÍNESIS, Filosofia política e direito, n.12 n. 32, 2020.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "População em situação de rua "; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/populacao-situacao-rua.htm>.

GONÇALVES, Alfredo José. **MIGRAÇÕES INTERNAS: evoluções e desafios**. Revista ESTUDOS AVANÇADOS 15 n°43 p. 173-185, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/i/2001.v15n43/> ACESSO EM: 25/09/2021

HAMADA, Rafael Kenji Fonseca. ALVES, Márcio José Martins. HAMADA, Hélio Hiroshi. HAMADA, Jéssica Sayuri Fonseca, VALVASSORI, Pedro Miguel Diniz. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A QUESTÃO DA MARGINALIZAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL**. Revista de APS v.21 n°3 P. 461-469 UFJF, jul/set 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16041/8462> ACESSO EM: 25/09/2021.

HARTWIG, Marisa. **Migração Campo-Cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores**. UFSM. 16 p. <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001/Marisa%20Hartwig.pdf> ACESSO EM: 22/09/2021.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**; tradução: Isa Tavares. - Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. 211 p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: BOITEMPO, 2006 2° ed. 296 p.

MIOTO, Beatriz Tamasso. **As migrações internas em Santa Catarina no período 2000-2007**. IE/UNICAMP, 2009. 17 p. Disponível em: <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Beatriz-2009.pdf> ACESSO EM: 25/09/2021.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, (110):270-287, abr.-jun. 2012, 18 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsH/?lang=pt> ACESSO EM: 25/09/2021.

MORAES, Luiz Fernando; SILVA, Ana Lúcia Coeli. **Ambiente político-institucional para pessoa em situação de rua: a agenda de decisão da câmara dos deputados (2015-2018).** XIV ENFOC - Encontro de iniciação científica e XIII Fórum Científico V Seminário PIBID - Programa Institucional de Iniciação Científica - UNINTER, 2018. 8 p.

MUNARIM, Antônio. BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. **Educação do Campo: Políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas.** Florianópolis. Editora Insular. 2011.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação. UNESP, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/30353>

QUINTUNDA, Ermelinda Armando. **O processo da imigração no Estado de Santa Catarina e em Florianópolis: desafios para o Serviço Social,** UFSC 2017. 55 p.

RASTRELO E SILVA, Renata. **CAMPO E CIDADE: uma experiência de interação – o distrito de Martinésia e a cidade de Uberlândia,** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 63-92, fev. 2008. 30 p.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política,** 41ª edição revista- Campinas, SP: autores associados, 2009. 83 p.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias.** S/D.

SICARI, Aline Amaral, ZANELLA, Andrea Vieira. **Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática.** 662 Psicologia: Ciência e Profissão Out/Dez. 2018 v. 38 n°4, 662-679.

SILVA, Edilaine Cristina da. **TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E CAPITALISMO**. S/D.

SILVA, Ruteleia Cândida de Souza; LOPES, Cleudiade Martins; **Sujeitos em situação de Rua - Transitando entre conceitos e interpretações**. Revista Direitos, trabalho e política social, CUIABÁ, V. 4, n. 6, p. 37-55, Jan./jun. 2018

SOARES, José Romulo. **FILOSOFIA, PRÁXIS E EDUCAÇÃO**, IV FIPED - Fórum Internacional de Pedagogia, REALIZE, 2012. 10 p. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/315> Acesso em 25/09/2021.

TITTON, Mauro. **Organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST : realidade e possibilidades**, 2006. 154 p.

TURNES, Valério Alécio. **Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Cadernos didáticos sobre a educação do campo**, organizadores: Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar, coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton . – Salvador : EDITORA, 2010. 216 p. : il., fig., fotos, quadros. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/cadernodidaticosobreeducacampo-130409224537-phpapp02.pdf> . Acesso em 25/09/2021

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva**, Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. Campinas: SP. Papirus, 1997

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Escolas em assentamentos rurais: o desafio na relação entre trabalho e ensino**. Disponível em https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_7A/07A-11.pdf

ANEXOS

Arquivo 01: Situação de rua Biênio 2017-2018

Imagem 1: Solicitação encaminhada pela equipe da Casa de Passagem Nova Canaã a secretaria de Assistência Social e Gabinete do prefeito



SOLICITAÇÃO N° 1 de 2021

Nós, servidores públicos abaixo – assinados, por meio deste, comunicamos que estamos sendo ameaçados por um morador da casa de passagem, que diversas vezes já tentou contra a vida e honra dos funcionários, quais fizeram diversos Boletins de Ocorrência contra o mesmo, mas por ser inimputável, abusa do seu direito de ameaçar e até mesmo agredir os mesmos. Recentemente, soubemos que outrora, o mesmo já havia atirado contra o seu próprio pai, e ainda recentemente, ameaçou de comprar um revólver e atirar contra um educador, noutra e mais recente ocasião foi responsável por dizer que iria degolar outro educador social. Ainda mais, o mesmo está se recusando a tomar a medicação.

Assim, a medicação está sendo administrada, porém, o mesmo não aceita a medicação oferecida pelo CAPS, donde o mesmo é paciente, qual pode ainda piorar a sua situação, sendo ainda mais crítica os riscos oferecidos por ele tanto para a equipe, mas também para todos os acolhidos que chegam em situação de rua ou acolhidos por outros motivos, de vulnerabilidade. Recentemente, diversos acolhidos foram acusados pelo mesmo de furto ou por quaisquer outro motivo, com o objetivo de que o educador responsável pelo plantão os expulsasse, numa tentativa de que apenas o mesmo ou outros moradores que ele tem afinidade, permaneçam no recinto, desviando assim, definitivamente, a função da casa de passagem, que já está operando em descumprimento do decreto n°275/2017 que regulamenta a lei N° 6.087 de 08/09/2017 no seu Art. 1° e ainda recentemente recebeu outras pessoas em situação de rua que estão em descumprimento do devido decreto, onde a casa está se tornando uma casa terapêutica, sem qualquer preparo para o mesmo, e se tornando um local impróprio e insalubre para os acolhidos em situação de rua, que por diversas vezes já deixaram a casa mesmo antes do prazo estabelecido pelo CREAS, ou pelo regimento interno, por não suportarem a situação com o atual quadro estabelecido de moradores.

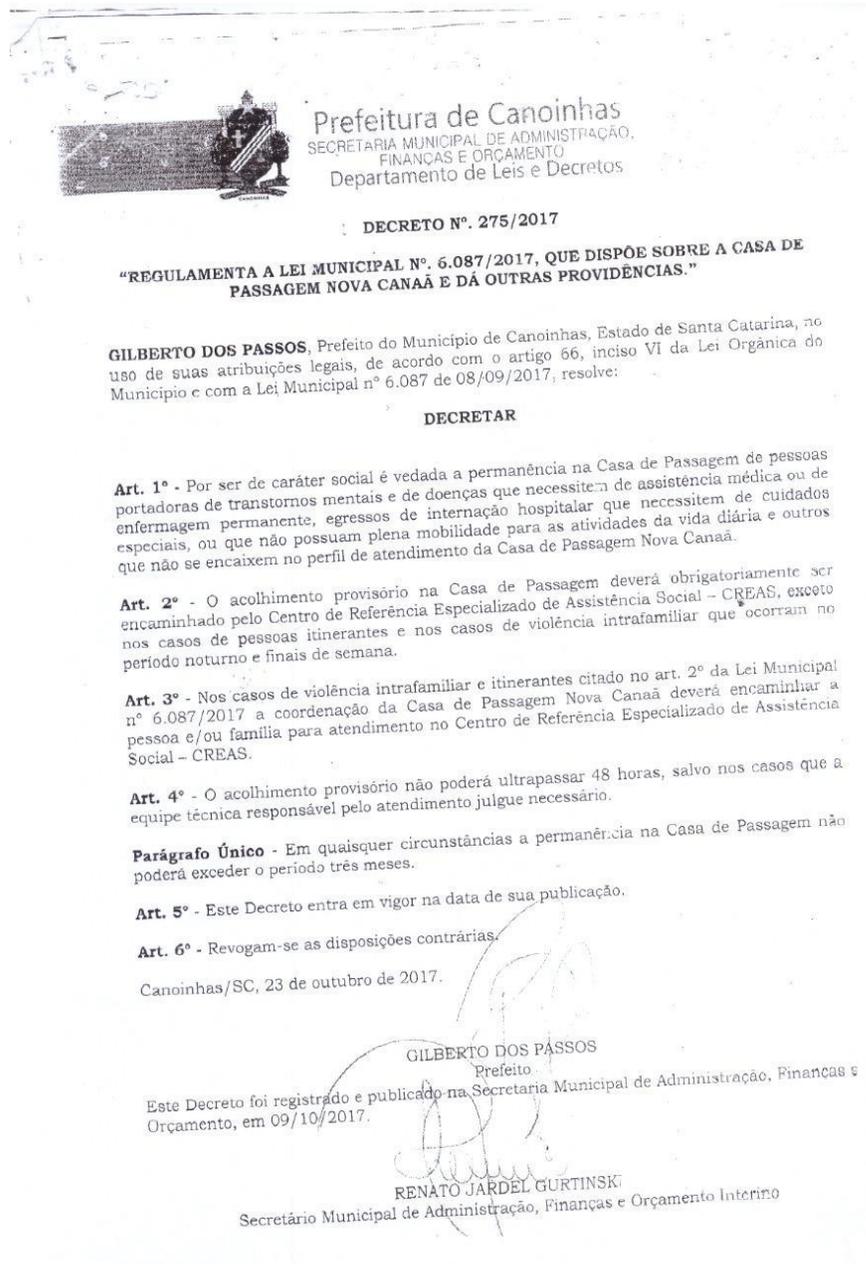
Assim, solicitamos que sejam tomadas medidas para que minimamente a função social da casa de passagem seja preservada;

- A medicação dos pacientes do CAPS, sejam organizadas e administradas pelo CAPS, qual é responsável pelos mesmos, a fim de não envolver os funcionários da casa de Passagem Nova Canaã
- Internamento do morador responsável pelas ameaças.
- Cumprimento do decreto n°275/2017 que regulamenta a lei N° 6.087 de 08/09/2017

Sem mais para o momento.



Imagens 2 e 3: Decreto lei que dispõe das regras para funcionamento da casa de passagem Nova Canaã



Imagens 4, 5 e 6: Relatório da vigilância sanitária da Casa de Passagem



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

325058226167/21

Página 1 de 3

PERÍODO DA INSPEÇÃO DE: 29/07/2021 A 02/08/2021 DATA DE ELABORAÇÃO: 02/08/2021

ESTABELECIMENTO INSPECIONADO

RAZÃO SOCIAL: MUNICÍPIO DE CANOINHAS	
NOME FANTASIA: CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ	CNPJ: 83.102.384/0001-80
ENDEREÇO: RUA: CATARINA DE SOUZA HUBNER, 945	
CIDADE: CANOINHAS	
BAIRRO: PIEDADE	CEP: 89.460-000
FONE: 47 3622-3319	E-MAIL:

REPRESENTANTE LEGAL

NOME: ZENICI DREHER HERBST	CPF:
----------------------------	------

ALVARÁS SANITÁRIOS

Nº ALVARÁ	ATIVIDADE	DATA
32	Atividades de assistência social prestadas em residências	07/08/2018

PESSOAS CONTATADAS

NOME	FUNÇÃO
THIAGO BARROS	COORDENADOR

OBJETIVO DA INSPEÇÃO

Renovação do Alvará Sanitário

EQUIPE INSPEÇÃO

NOME	UNIDADE ADMINISTRATIVA
DAMARIS A. DE CASSIA KRUL PIRES	VISA MUNICIPAL
BRUNO ANDRADE PEDRASSANI	VISA MUNICIPAL
DENILSON KOHLER	VISA MUNICIPAL

CARACTERÍSTICA

Casa de Passagem.
Acolhimento de pessoas de rua e familiares com pessoas internadas no HSCC decorrente do Covid 19.

Trata-se de serviço de Alta Complexidade que consiste no trabalho social para acolhimento institucional para adultos em situação de vulnerabilidade social na modalidade de atendimento em unidade institucional de passagem. A instituição apresenta característica de uma residência, contando com quartos femininos e masculinos. Estabelecimento sendo administrado pela Prefeitura Municipal de Canoinhas.

HISTÓRICO

Nada consta

SITUAÇÃO ENCONTRADA

Vistoria realizada em 29/07/2021.

Capacidade: Não informado
N. de acolhidos: 1 do sexo feminino e 3 do sexo masculino;
Período de funcionamento ininterrupto 24 horas;
Coordenador iniciando as atividades no local há dois dias;

Aspectos gerais:

Da documentação:



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

325058226167/21

Página 2 de 3

PERÍODO DA INSPEÇÃO DE: 29/07/2021 A 02/08/2021 DATA DE ELABORAÇÃO: 02/08/2021

Não observado no local atestado de vistoria dos bombeiros,
Alvará Sanitário da VISA;
Alvará de Funcionamento;
Não observado certificado de limpeza de caixa d'água; e ainda:
Ausência de Regimento Interno;
Ausência de Estatuto registrado;
Ausência de Registro de entidade social;
Ausência de Livro de registro dos acolhidos;
Ausência dos Registro dos acolhidos;
Não existe serviço terceirizado de alimentação e lavanderia, é feito no próprio local;
Ausência de carteira de saúde.

De um modo geral, a casa é limpa, e satisfatória no quesito de organização. Possui nos fundos, espaço externo para banho de sol, sala de tv.
Dos equipamentos e mobiliários, possui em quantidade satisfatória e em condições de uso.
Das condições físicas: foi observado que o acesso em boa parte de um ambiente para outro possui degraus.
De equipamentos de auto- ajuda como cadeira de rodas (não observado no local);
Há falta de material expediente para o trabalho administrativo;
A guarda de medicamento é em um armário sem chaves que fica na sala de recepção, de fácil acesso as pessoas que ficam ali de passagem;
Ausência de relação dos acolhidos que fazem uso de medicamentos de controle especial;
Ausência de controle de prazo de validade dos medicamentos;
Ausência de identificação detalhada dos medicamentos com relação aos acolhidos que fazem uso;
Na cozinha - foi encontrado no freezer carne congelada com resíduos com sangue - fator esse de descongelamento e congelamento.

Dos materiais de higiene, possui quantidade suficiente, inclusive para as famílias e pessoas de passagem, porém, foi observado que utilizam toalhas de pano de uso coletivo;
Ausência de acessibilidade e sanitário adaptado para P.N.E.

Condição operacional e estrutural:
O serviço oferece habitabilidade, higiene, segurança, acessibilidade (insatisfatória);
As mulheres acolhidas residem e possuem quarto privativo;
Foi encontrado no quarto das mulheres (que atualmente só possui uma residente), fiação elétrica não embutidas na parede, o que está vulnerável e perigoso a residente;
Outro ponto que as tomadas não são protegidas e são de fácil acesso;

Do quarto para os residentes masculinos (que atualmente possui três); possui várias camas;
Nesse quarto foi encontrado muito bolor e infiltração nas paredes (fundos);

Do lado externo foi encontrado vasilhame sem tampa (com acúmulo de água). "Todo objeto que acumule água é um criadouro em potencial, "As pessoas têm o hábito de descartar recipientes abertos", no momento da vistoria foram descartadas as águas parada.

Apresentar a documentação faltante (não observado no momento da visita) e/ou ausente no momento da vistoria;



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

325058226167/21

Página 3 de 3

PERÍODO DA INSPEÇÃO DE: 29/07/2021 A 02/08/2021 DATA DE ELABORAÇÃO: 02/08/2021

e carteira de saúde dos profissionais que preparam as refeições.

Da estrutura física e instalações:

Para segurança dos acolhidos e abrigo, que os degraus sejam instalados rampas;
Das instalações elétricas - todas devem estar embutidas;
Das lâmpadas - protegidas e em condições adequadas de luminosidades;
Das tomadas todas protegidas;
Banheiro pelo menos 1 deve ser adaptado para PDE;
Da cozinha, os mobiliários de preferência de cores claras, evitar deixar objetos cortantes e pontiagudos de fácil acesso.
Do quarto dos homens (fundos), providenciar pintura, quarto esse com infiltração e bolor.
Não compartilhar toalhas de tecido;
Das geladeiras - organizar e separar a guarda dos alimentos - freezers um para guarda de carnes e outros para horti-fruti, para evitar a contaminação organoléptica (cor e sabor);
Não receber dos distribuidores (mercados. etc) carnes congeladas com resíduos de gelo com sangue (orientado na vistoria), porque, uma vez a carne descongelada não poderá ser utilizada (congelar novamente);
Os lixos orgânicos devem ser descartados na horta - preferencialmente;
Da guarda dos medicamentos organizar e deixar ao abrigo em armário com chave;
Do lado externo não deixar vasilhames que acumulem água parada.

CONCLUSÃO

EQUIPE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

NOME	MATRÍCULA	ASSINATURA
DAMARIS A. DE CASSIA KRUL PIRES	10836	